

GLÁUBER TULIO FONSECA COELHO
ALEXSANDRO SOUSA BRITO

**MERCADO DE TRABALHO NORDESTINO E
DESIGUALDADE DE RENDA: uma revisão bibliográfica
entre 2010 e 2023**

São Luís 2026

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Gláuber Tulio Fonseca Coelho

Edição de Arte: Gláuber Tulio Fonseca Coelho

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Saulo José Figueiredo Mendes

Dr. Othon Carvalho Bastos Filho

Dr. Moisés dos Santos Rocha

Drª Rita de Cássia Silva de Oliveira

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M553c

Coelho, Gláuber Tulio Fonseca e Brito, Alexsandro Sousa

Mercado de trabalho nordestino e desigualdade de renda: uma revisão bibliográfica entre 2010 e 2023/ Gláuber Tulio Fonseca Coelho e Alexsandro Sousa Brito. São Luís: Editora Pascal, 2026.

76 f.: il.

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-231-3

D.O.I.: 10.5281/zenodo.22150689

1. Desigualdade de renda. 2. Nordeste. 3. Mercado Formal. I. Coelho, Gláuber Tulio Fonseca. II. Brito, Alexsandro Sousa. III. Título.

CDU: 316.344.2(812/813):331.5

Elaborada por Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho investiga a desigualdade de renda no mercado de trabalho formal da região Nordeste, comparando-a às demais regiões brasileiras ao longo das duas últimas décadas. Oriunda de uma pesquisa monográfica do Curso de Ciências Econômicas da UFMA, partiu-se da constatação de que o Brasil permanece, mesmo no século XXI, uma das sociedades mais desiguais do planeta, com disparidades que atravessam gênero, raça, escolaridade e, sobretudo, território — e o Nordeste historicamente concentra alguns dos piores indicadores.

Para responder a essa questão, optou-se por uma pesquisa qualitativa, operacionalizada como revisão bibliográfica sistemática, reunindo estudos publicados nas duas últimas décadas em bases como a BDTD e o Google Acadêmico. Esse percurso permitiu mapear, com rigor, onze pesquisas que tratam diretamente da desigualdade de renda sob uma perspectiva regional comparada.

Antes de discutir os resultados, procurou-se esclarecer o próprio conceito de renda e de desigualdade, dialogando com autores como Sen, Piketty, Medeiros e Hoffmann, além de diferenciar mercado formal e informal de trabalho. Essa base teórica revelou que a desigualdade brasileira tem raízes históricas — do crescimento concentrador dos anos 1960 às oscilações trazidas por crises, inflação e mudanças nas políticas de salário-mínimo e de transferência de renda —, e que a formalização do trabalho é um dos principais antídotos à precariedade e à concentração de renda.

A análise dos onze estudos selecionados revelou um quadro complexo, mas esperançoso: houve, de fato, redução da desigualdade de renda no mercado formal ao longo do período, impulsionada pela valorização do salário-mínimo, pela ampliação do acesso à educação, pelo aumento da formalidade e pela maior cobertura de programas como o Bolsa Família. Ainda assim, essa redução foi mais lenta no Nordeste do que no restante do país, e a desigualdade entre trabalhadores formais e informais, entre gêneros e entre regiões permanece expressivamente alta.

Foi concluído que a hipótese de diminuição da desigualdade encontra respaldo nos dados, mas de forma parcial e desigual entre regiões e grupos sociais. É exatamente por isso que este trabalho importa: ele organiza e sistematiza duas décadas de evidências sobre um problema que continua moldando oportunidades de vida no Nordeste, oferecendo subsídio concreto para o desenho de políticas públicas de educação, formalização do trabalho e transferência de renda mais eficazes e atentas à realidade regional brasileira.

AUTORES



Gláuber Tulio Fonseca Coelho

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela UNIDERP (2020), Mestre em Engenharia Civil com ênfase em Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2009), MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Especialista em Docência no Ensino Superior (UNOPAR), graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (2006) e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Possui ampla experiência em Gestão do Ensino Superior, tendo atuado como coordenador de curso, coordenador acadêmico e reitor universitário, com contribuições significativas na implementação de melhorias operacionais, tecnológicas e pedagógicas, além de sucesso em processos regulatórios e avaliações do MEC, garantindo elevados padrões de qualidade.

Atua como avaliador do MEC/INEP para cursos de ensino superior. Empresário no setor editorial, é sócio-proprietário da Editora Pascal LTDA, especializada em publicações científicas digitais. Docente universitário há 15 anos, possui trajetória acadêmica e profissional que reflete competências diversificadas e complementares, aliando forte formação técnica, capacidade de liderança e visão estratégica em diversas áreas de atuação.

AUTORES



Alexsandro Sousa Brito

Professor Associado do Departamento de Economia - UFMA e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDSE - UFMA. Coordenador do Grupo de Análise da Política Econômica – GAPE (www.gape.ufma.br).

Doutor em Ciências Sociais na área de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Mestre em Políticas Públicas pela UFMA e Economista pela UFMA. É pesquisador na área de Macroeconomia e Desenvolvimento, com especial interesse nas áreas de Mercado de Trabalho, Emprego e Renda, Política Fiscal, Monetária e Cambial, Políticas Públicas e Consórcios Públicos

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado, primeiramente aos meus genitores, Jean Norberto Coelho (In Memoriam) e Maria de Nazaré Fonseca Coelho que sempre foram exemplos de luta, perseverança e vitória.

Segundo a Deus por me manter forte em meu propósito de vida, me permitindo viver e seguir meu caminho.

Em seguida, agradecer, sem ordem de preferência, mas destacando algumas pessoas que me ajudaram durante essa jornada. Meu orientador de Doutorado, Prof. Daniel Massen Frainer, por ter insistido para que eu retornasse ao curso de graduação de economia. Aos professores Alexsandro Sousa Brito e Rodrigo Gustavo em especial, pelos grandes ensinamentos e pela compreensão durante minha jornada acadêmica.

Por fim, agradecimentos pessoais a Emilia Barbosa, Simone Fonseca, Carla Pollo e Lorena Boscos que durante estes anos foram e são pessoas em que posso confiar grande parte da minha vida. Sem elas, nada disso teria sido possível.

RESUMO

A desigualdade de renda no Brasil é um problema persistente que compromete o acesso igualitário a recursos e oportunidades, perpetuando disparidades socioeconômicas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as variações na dinâmica da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal na região Nordeste, considerando também as demais regiões brasileiras.

Para isso, quanto à metodologia, foi realizada uma revisão de literatura que abrange os últimos vinte anos. A pesquisa busca compreender como a desigualdade de renda tem se comportado ao longo do tempo e identificar quais fatores têm influenciado essas variações. O estudo focou-se no mercado de trabalho formal, ou seja, considerando os trabalhadores com carteira assinada.

Como resultado, chegou-se ao número de 11 pesquisas em que se relacionam estudos acerca da desigualdade de renda em uma perspectiva comparativa das regiões brasileiras. A análise das informações presentes na literatura permitiu obter um panorama das tendências e padrões de desigualdade de renda no Brasil, com enfoque especial na região Nordeste, percebendo-se certa redução na mesma ao longo dos últimos anos.

Entre os possíveis determinantes para tal estão o da valorização do salário-mínimo, aumento da formalidade do mercado de trabalho, aumento da escolaridade média da população, redução das disparidades educacionais, aumento do acesso a aposentadorias e pensões e maior cobertura dos programas de transferência de renda pelo governo.

Palavras-chave: Desigualdade de renda. Nordeste. Mercado Formal.

ABSTRACT

Income inequality in Brazil is a persistent issue compromising equal access to resources and opportunities, perpetuating socio-economic disparities. This research aims to analyze variations in the dynamics of income inequality in the formal labor market in the Northeast region, considering other Brazilian regions as well. Regarding the methodology, a literature review spanning the last twenty years was conducted.

The research seeks to understand how income inequality has evolved over time and identify factors influencing these variations. The study focused on the formal labor market, specifically considering employees with formal contracts. As a result, 11 studies were identified that relate to research on income inequality from a comparative perspective across Brazilian regions.

The analysis of information in the literature provided insights into trends and patterns of income inequality in Brazil, with a special focus on the Northeast region, revealing a certain reduction in income inequality in recent years. Possible determinants for this reduction include the appreciation of the minimum wage, increased formality in the labor market, higher average educational attainment, reduced educational disparities, increased access to pensions and retirement benefits, and broader coverage of government income transfer programs.

Key words: Income Inequality. Northeast. Formal Market.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Renda acumulada nos 10% mais ricos (1980-2016)

FIGURA 2 – Desigualdade de renda entre trabalhadores urbanos e rurais.

FIGURA 3 – Segmentação de acordo com o nível da relação K/L

FIGURA 4 – Relação entre a renda média geográfica do Brasil e a renda média nacional.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – STRING DE BUSCA

QUADRO 2 – CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

QUADRO 3 – TRABALHOS SELECIONADOS

QUADRO 4 – ALGUMAS CONCLUSÕES



1 - INTRODUÇÃO

Pode-se considerar um consenso que uma maior igualdade econômica beneficia todas as pessoas em todas as sociedades, sejam elas ricas, pobres ou de classe média. Os países que optaram por ser mais igualitários desfrutaram de maior prosperidade econômica, ao mesmo tempo em que conseguiram se desenvolver de maneira ambientalmente mais sustentável.

Em contraste, países que seguiram o caminho da crescente desigualdade, como o Reino Unido e os Estados Unidos, têm visto crescentes reclamações de suas populações sobre os custos ou a escassez de assistência médica, moradia e muitas outras necessidades básicas (DORLING, 2017). Os países mais pobres e mais desiguais também sofrem mais.

A desigualdade salarial entre mulheres e homens, por exemplo, é uma realidade ainda existente no mercado de trabalho de muitos países. Os trabalhadores descontentes com seus salários baixos muitas vezes descarregam sua frustração em pessoas que consideram potencialmente inferiores a elas: mulheres, pessoas de outras etnias, pessoas com deficiência, pessoas com diferentes sexualidades – qualquer grupo de pessoas com uma característica que possa ser usada para diferenciá-las de uma suposta maioria.

Para Oliveira e Cruz (2021), um dos principais desafios do Brasil é a melhoria de sua produtividade, cujos avanços têm sido modestos. Além disso, o país convive com desigualdades interpessoais de renda, e, também, com uma forte discrepância de renda em termos regionais.

1 - INTRODUÇÃO

Ribeiro e Neder (2006) relatam que, mesmo no século XXI, o Brasil ainda é uma das sociedades mais desiguais do planeta. A discrepância é acentuada mesmo quando se considera o rendimento do trabalho em todo o território. No Nordeste, por exemplo, os índices de concentração de renda superam os do Sudeste. Os autores relatam, ainda, que a desigualdade de renda no país tem relação direta com diversas variáveis como gênero, cor, faixa etária, posição na ocupação, ramo de atividade, escolaridade e grupo ocupacional.

Santos e Saiani (2020) complementam que, no Brasil, a desigualdade de renda é um importante problema socioeconômico e é uma temática recorrente em debates e políticas públicas. De acordo com os autores, na década de 2000, o debate sobre a desigualdade de renda teve viés empírico e pouco teórico, se baseando em análises de indicadores como o coeficiente de Gini.

Relatam ainda que a desigualdade de renda observada no Brasil neste lapso temporal foi provocada em grande parte por políticas de transferência de renda, políticas educacionais e valorização do salário-mínimo.

Diante de todo este contexto nacional, regional e temporal, pergunta-se: “Como se dá a desigualdade de renda no mercado de trabalho formal na região Nordeste tendo em vista as demais regiões brasileiras?”

2 - OBJETIVOS E HIPÓTESE

Pode-se dizer, então, que o objetivo geral desta pesquisa é: analisar as variações na dinâmica da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal na região Nordeste, sobretudo, mas também considerando-se as demais regiões brasileiras a partir da revisão de literatura que corresponde às duas últimas décadas.

Quanto aos objetivos específicos, pode-se dizer que são:

- Conceituar mercado formal e informal.
- Realizar o comparativo entre as regiões com base na questão da desigualdade de renda.
- Verificar se houve redução na desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras.

A partir disso, se pode formular a seguinte hipótese:

- Houve diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras, bem como entre diferentes classes de gênero, raça e nível educacional nas duas últimas décadas.
-



2 - METODOLOGIA

Esta pesquisa é de ordem **qualitativa**.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica utilizada em ciências sociais e humanas que busca compreender e interpretar a realidade social através da análise de dados não quantitativos (MINAYO, 2004).

Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa é uma estratégia de investigação que permite ao pesquisador apreender o significado e a complexidade dos fenômenos sociais, assim como as relações entre os indivíduos e o contexto em que estão inseridos.

Para Minayo (2004), a pesquisa qualitativa busca captar a perspectiva dos sujeitos envolvidos no estudo, dando voz e valorizando suas experiências e vivências. Dessa forma, o pesquisador utiliza técnicas como entrevistas, observação participante e análise de documentos para obter dados ricos em detalhes e nuances, que vão além dos números e estatísticas.

Gil (2002), por sua vez, define a pesquisa qualitativa como um conjunto de procedimentos que buscam compreender e interpretar os fenômenos estudados, entendendo que eles são construídos socialmente e estão permeados por valores, crenças e representações. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é fundamental para a compreensão de aspectos subjetivos e simbólicos presentes nas relações sociais.

A pesquisa qualitativa também se preocupa em analisar o contexto em que os fenômenos ocorrem, levando em consideração a influência de fatores sociais, culturais, históricos e políticos. Minayo (2004) destaca que a pesquisa qualitativa permite a compreensão profunda dos fenômenos, possibilitando a identificação de padrões, contradições e novas perspectivas de análise.

2 - METODOLOGIA

Uma das grandes contribuições da pesquisa qualitativa é a sua capacidade de explorar o desconhecido e de gerar hipóteses a partir das informações coletadas. Gil (2002) enfatiza que, ao permitir uma maior proximidade com os sujeitos estudados, a pesquisa qualitativa favorece a descoberta de novos conhecimentos, a reconsideração de preconceitos e a construção de teorias mais abrangentes.

Minayo (2004) destaca que a pesquisa qualitativa não pretende generalizar os resultados obtidos, mas sim compreender as particularidades e singularidades presentes em cada contexto estudado. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se contrapõe à pesquisa quantitativa, que busca generalizar os resultados a partir da aplicação de questionários e de análise estatística.

Do ponto de vista operacional esta pesquisa é uma **revisão bibliográfica**.

A pesquisa bibliográfica é uma metodologia muito utilizada nas ciências sociais e humanas, sendo uma importante ferramenta para a produção de conhecimento.

Segundo Minayo (2004), a pesquisa bibliográfica consiste em um levantamento e análise de material já existente sobre um determinado tema, por meio da consulta de livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos.

Gil (2002) também destaca que a pesquisa bibliográfica é uma forma de investigação que visa a coleta de informações e conhecimentos já publicados, permitindo a contextualização do tema estudado e embasando a construção teórica do trabalho.

2 - METODOLOGIA

Para Minayo (2004), a pesquisa bibliográfica é um ponto de partida fundamental para qualquer estudo científico, pois permite ao pesquisador conhecer e compreender as principais teorias, conceitos e abordagens já desenvolvidas sobre o tema, evitando a redundância e possibilitando a inovação. Além disso, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador identificar lacunas no conhecimento, indicando caminhos para novas investigações.

Gil (2002) destaca que a pesquisa bibliográfica é uma forma de pesquisa secundária, pois se utiliza de dados e informações já coletados por outros pesquisadores. No entanto, isso não significa que seja uma pesquisa menos relevante. Pelo contrário, a pesquisa bibliográfica é de extrema importância para o avanço do conhecimento, uma vez que permite a sistematização e difusão das informações já produzidas.

No processo de pesquisa bibliográfica, é essencial que o pesquisador realize um levantamento criterioso das fontes de informação, buscando trabalhos confiáveis e atualizados. Minayo (2004) destaca que é importante consultar diferentes tipos de documentos, como livros, artigos científicos e relatórios técnicos, a fim de obter uma visão ampla e aprofundada do tema. Além disso, é fundamental fazer uma análise crítica das informações encontradas, avaliando a qualidade e a relevância dos estudos consultados.

Outro aspecto importante da pesquisa bibliográfica é a organização das informações coletadas. Gil (2002) ressalta a importância de fazer fichamentos e resumos dos textos lidos, de forma a facilitar a compreensão e a posterior utilização das informações. Além disso, é fundamental que o pesquisador faça uma citação adequada das fontes consultadas, evitando o plágio e garantindo a ética na produção científica.

2 - METODOLOGIA

No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica não se resume apenas à coleta de informações. Minayo (2004) destaca que o pesquisador também deve realizar uma análise crítica dos estudos encontrados, comparando diferentes perspectivas teóricas e identificando lacunas no conhecimento. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é apenas uma etapa inicial do processo de pesquisa, mas também um instrumento de reflexão e produção de conhecimento.

Assim, tanto Minayo (2004) quanto Gil (2002) concordam que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental do processo de pesquisa científica, permitindo ao pesquisador conhecer as principais contribuições teóricas e metodológicas já desenvolvidas sobre o tema. Além disso, a pesquisa bibliográfica possibilita a contextualização do estudo, embasando a construção teórica e indicando caminhos para novas investigações. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica é uma metodologia indispensável para a produção de conhecimento científico nas ciências sociais e humanas.

Esta é, então, uma revisão bibliográfica. As revisões bibliográficas, afirmam Baek et al. (2018), seguem diretrizes específicas, incluindo a definição da questão a ser abordada, a seleção das bases de dados para pesquisa e coleta de material, a criação de estratégias de busca avançada, a seleção e organização das informações encontradas.

Na presente pesquisa de revisão bibliográfica, optou-se pelo operador booleano AND, com a intenção de identificar a ocorrência simultânea dos assuntos pesquisados. Este trabalho serviu-se dos seguintes descritores:

2 - METODOLOGIA

QUADRO 1 – STRING DE BUSCA

DESIGUALDADE DE RENDA AND BRASIL AND TRABALHO FORMAL
--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A partir destas questões, mais a string de busca, elaborou-se os critérios de inclusão e exclusão.

QUADRO 2 – CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
CI1: Publicações com recorte temporal de 2010 a 2023.	CE1: Resumos, trabalhos pagos ou cujo acesso não esteja autorizados pelos autores.
CI2: Documentos que contenham no título, resumo ou palavras-chave os termos pesquisados que relacionem, diretamente, os termos Desigualdade de Renda, Brasil e Trabalho Formal.	CE2: Trabalhos que não contenham no método de busca expressamente os termos das equações de pesquisa.
CI3: Artigos de Revistas, Teses ou Dissertações.	CE3: Publicações em congressos, eventos científicos, convenções, conferências, simpósios, jornadas, monografias e capítulos de livros.
CI4: Trabalhos revisados por pares.	CE4: Documentos em outra língua que não a portuguesa e a inglesa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

2 - METODOLOGIA

A busca foi realizada tanto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como, também, na plataforma do Google Acadêmico. A primeira disponibiliza, em um único portal de busca, os textos completos das teses e dissertações produzidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é gratuito.

A BDTD tem como objetivo aumentar a presença de teses e dissertações brasileiras na internet, o que resulta em uma maior divulgação da produção científica nacional e na disseminação de informações relevantes para a sociedade em geral. Além disso, a BDTD também promove maior visibilidade e controle do investimento feito em programas de pós-graduação.

Já quanto ao Google Acadêmico, esta é uma plataforma online desenvolvida pela empresa Google que permite a pesquisa e acesso a uma ampla variedade de fontes acadêmicas, como artigos científicos, teses, dissertações, livros, resumos, entre outros.

É uma ferramenta que ajuda estudantes, pesquisadores e profissionais a encontrar informações confiáveis e relevantes em suas áreas de interesse. O Google Acadêmico indexa e organiza o conteúdo acadêmico disponível na web, facilitando a busca por materiais acadêmicos em diferentes disciplinas e campos de estudo. Além disso, ele oferece recursos para refinar os resultados da pesquisa, como filtros por data, autor, publicação e relevância.

Uma das principais vantagens do Google Acadêmico é a possibilidade de acessar gratuitamente muitos artigos científicos que normalmente são pagos em outras plataformas. No entanto, vale ressaltar que nem todo o conteúdo disponível está acessível gratuitamente, e em alguns casos é necessário adquirir uma assinatura ou pagar por acesso aos materiais completos.

Este trabalho estrutura-se da seguinte forma. Após a introdução na qual se delineiam os objetivos geral e específicos, bem como a problemática, a hipótese e, também, a metodologia, faz-se, no primeiro capítulo de explicitar algumas teorias e conceitos acerca da desigualdade de renda.

No segundo capítulo, faz-se a análise dos dados obtidos com base na metodologia descrita. Por fim, nas considerações faz-se um levantamento dos achados ao longo deste trabalho.

3 - DESIGUALDADE DE RENDA

O objetivo deste capítulo é apresentar a teoria e os conceitos acerca da Desigualdade de Renda.

De acordo com Sen (1998), lembra-se, esta é a distribuição desigual dos recursos econômicos em uma sociedade e argumenta que é importante não apenas medir essa desigualdade, mas também considerar as capacidades e oportunidades das pessoas. Ele defende políticas de redistribuição de renda e investimentos em áreas como educação e saúde como forma de reduzir a desigualdade e promover um desenvolvimento mais equitativo.

Já Wernerová (2019, p. 03) com base na pesquisa de Anthony Atkinson:

The term inequality can be explained from a mathematical point of view as a distinction between two or more particular characters, provided that these characters can be quantified. From another perspective, the notion of inequality by many people is perceived as a failure to achieve equal opportunities, which is determined by different circumstances that people can not influence.

Feitas estas considerações, destaca-se que, adiante, trata-se de descrever, ainda que brevemente, como a desigualdade se manifesta no mundo e, também, no Brasil. Busca-se, também, apontar a sua origem e apontar para os seus determinantes no Brasil. Por fim, busca-se destacar a influência da formalidade na desigualdade de renda no país.

3 - DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Antes de se tratar da desigualdade de renda no Brasil e no Mundo, há que se conceituar “renda”. Arsky (2019) destaca o debate entre Hicks e Kuznets, nos anos 1930 e 1940, que teve grande influência na definição do conceito. O sistema de contas nacionais é mencionado como uma ferramenta importante para compreender a renda e sua distribuição. A distribuição funcional da renda é diferenciada da distribuição pessoal da renda, que está relacionada à concentração da renda corrente pelos indivíduos.

As pesquisas domiciliares, diz Arsky (2019), são apontadas como uma fonte de informação subestimada, pois captam apenas parte da renda, deixando de considerar rendimentos financeiros, lucros empresariais e outros tipos de renda. Além disso, as limitações das pesquisas domiciliares em captar bens e serviços não monetários são destacadas, ressaltando que o acesso a esses bens pode representar um aumento na renda dos domicílios.

Destaca-se, ainda, que a renda corrente captada por pesquisas é apenas uma parte da renda total de um país, sendo necessário complementar os dados com informações tributárias do governo para ter uma visão mais precisa da renda domiciliar. Isso permite uma análise mais robusta das diferentes fontes de renda, especialmente das características dos mais ricos, incluindo a renda proveniente de patrimônio, imóveis e finanças (BRANDÃO, 2021).

A renda é considerada crucial para a inclusão de uma parte significativa da população no processo de distribuição de bens e serviços essenciais para alcançar um nível mínimo de bem-estar. No entanto, o conceito de renda pode variar entre países, afirma Brandão (2021), dependendo da definição utilizada para fins de tributação, o que apresenta desafios na mensuração da renda com base em autodeclaração em pesquisas domiciliares.

¹ Tradução minha: “O termo desigualdade pode ser explicado do ponto de vista matemático como uma distinção entre dois ou mais caracteres particulares, desde que esses caracteres possam ser quantificados. De outra perspectiva, a noção de desigualdade por muitas pessoas é percebida como uma falha em alcançar oportunidades iguais, o que é determinado por circunstâncias diferentes que as pessoas não podem influenciar”.

3 - DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Assim, historicamente, pode-se pensar em diferentes definições de renda propostas por economistas do início do século XIX. Alguns, diz Dedecca (2012), a definem como a capacidade de aumentar o poder de satisfação das necessidades individuais, seja por meio do aumento da quantidade de moeda ou de outros bens e serviços com valor monetário atribuível.

Outros conceitos de renda, afirma o mesmo autor (DEDECCA, 2012), incluem a soma dos valores adquiridos ao longo de um período, menos o estoque líquido de riqueza possuída ao final desse período, ou ainda a quantia de bens e serviços valorados em termos monetários que compõem a renda nacional.

Seja como for, prossegue o mesmo autor, há que se considerar a importância dos preços como pesos para medir a renda social e o bem-estar econômico. Além disso, cabe dizer que a renda social inclui não apenas os rendimentos privados, mas também os impostos indiretos, os subsídios e as pensões.

Por fim, ainda no que diz respeito à definição do conceito de renda, cabe lembrar o que diz Medeiros (2006, p. 9):

E afinal, se diz renda ou rendimentos? Os dois são usados de forma intercambiável. Como o termo renda é às vezes usado para fazer referência a um tipo específico de recebimento de riqueza relacionado a direitos de propriedade (renda da terra, investimentos rentáveis etc.), cuja origem seria diferente da remuneração do trabalho, muitos preferem usar o termo rendimentos nas descrições das distribuições. Na prática, não faz muita diferença empregar um ou outro, pois o contexto de uso geralmente permite uma boa compreensão do sentido adotado. A preferência, nos estudos sobre distribuição pessoal ou familiar, é pelo termo rendimentos.

3 - DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Feitas estas considerações acerca do conceito de renda, pode-se passar à ideia de desigualdade e a forma como esta se manifesta.

A desigualdade de renda no mundo, afirmam autores como Scanlon (2018), tem como causa problemas sociais, políticos e econômicos. O mesmo autor apresenta três conjuntos de motivos para se preocupar com a desigualdade: como causa de problemas, como resultado de injustiças e como moralmente ofensiva.

O autor discute duas teses populares sobre desigualdade: a hipótese de Kuznets, que sugere que a desigualdade aumenta no início do desenvolvimento econômico e depois diminui, e o dilema entre eficiência econômica e equidade, que argumenta que políticas de redistribuição podem prejudicar o crescimento econômico. No entanto, o autor (SCANLON, 2018) destaca que essas teses foram questionadas e que atualmente há evidências de que desigualdades econômicas, especialmente extremas, podem prejudicar o crescimento e agravar a pobreza.

Para Medeiros (2006), um ponto que merece destaque é a distinção entre desigualdade de rendimentos e desigualdade de qualidade de vida. Muitas vezes, a resposta correta para a pergunta "desigualdade de quê?" em análises da distribuição de renda seria qualidade de vida. Devido à dificuldade de mensurar qualidade de vida, muitos estudos tratam ambos os conceitos como sinônimos. Para construir representações da desigualdade, não faz muita diferença qual distribuição está em questão.

No entanto, do ponto de vista substancial, algumas pessoas acreditam que a distribuição de renda não é um indicador confiável da distribuição da qualidade de vida. Por exemplo, é possível considerar que um centavo tem poder de compra diferente nas áreas urbanas e rurais, o que sugere que talvez seja necessária uma mudança na distribuição de renda para se aproximar melhor da distribuição da qualidade de vida.

Além disso, há outras razões para diferenciar níveis de renda e níveis de qualidade de vida, como a existência de bens não mercantis, como serviços públicos gratuitos, que podem diferenciar o nível de qualidade de vida entre pessoas com os mesmos rendimentos (MEDEIROS, 2006).

3 - DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

A hipótese de Kuznets, então, conforme afirmam autores como Piketty (2014), que sugeriam que as desigualdades diminuiriam à medida que os países se desenvolvessem, não se confirmaram. Pelo contrário, as desigualdades aumentaram nos países desenvolvidos a partir da década de 1970, mesmo com taxas de crescimento reduzidas.

Além disso, evidências mostram, diz Piketty (2014), que políticas de redistribuição contribuíram para a redução das desigualdades e foram compatíveis com taxas de crescimento substanciais. Destaca-se também a relação entre desigualdade econômica e desigualdade política, apontando que os mais ricos têm maior capacidade de influenciar a discussão política e influenciar leis e políticas em seu benefício.

A desigualdade econômica também implica em controle sobre aspectos da vida dos menos favorecidos, como emprego, moradia, educação e saúde. A concentração de riqueza é destacada como um problema, já que uma pequena parcela da população detém a maior parte da riqueza (PIKETTY, 2014).

Corak (2013) afirma que a desigualdade de renda afeta as oportunidades econômicas, como acesso a bons empregos e possibilidade de abrir um negócio. A desigualdade de recursos, transmitida por meio de doações, heranças e capital social, é um fator determinante no sucesso econômico das pessoas. Além disso, a desigualdade econômica está associada a problemas sociais, como falta de coesão social, criminalidade violenta e corrupção, afirma o autor.

Também há uma relação entre desigualdade econômica e problemas de saúde, como ansiedade, estresse crônico e quadros depressivos. A desigualdade econômica também está relacionada à geração e distribuição de riscos ambientais, com os mais ricos gerando riscos e os mais pobres sendo mais afetados por eles.

3 - DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Sen (2018) destaca que as desigualdades podem resultar de injustiças nas instituições e procedimentos, bem como de problemas políticos. A desigualdade duradoura, extrema e crescente é vista como um problema em si, pois cria diferenças insuperáveis e fomenta relações de dominação e subalternização. O Brasil é citado pelo autor como um país com altas desigualdades econômicas e problemas relacionados a isso.

Quanto à distribuição de renda e a desigualdade no Brasil, cabe destacar, com Brandão (2021), que ocorreu um crescimento expressivo desta durante o período dos anos 60 do século XX, simultaneamente ao crescimento econômico do país. Houve um aumento da concentração de renda em direção ao setor urbano e à região Sul, com exceção do Nordeste, que registrou melhoria na distribuição de renda.

As causas desse crescimento concentrado, afirma Borghi (2017), foram apontadas como compressão salarial, aumento da concentração de renda entre os assalariados da indústria e crescimento menor dos salários em relação à produtividade. O desenvolvimento industrial brasileiro contribuiu para a concentração de renda nas mãos dos empresários, devido ao uso intenso de tecnologia capital-intensiva (BORGHI, 2017).

Já na década de 1970, dizem Trovão e Araújo (2019), houve um crescimento econômico mais elevado e mais bem distribuído, com aumento do rendimento médio em todos os décimos da distribuição de renda. Já nos anos 1980, houve uma redução expressiva do crescimento econômico, o que impactou negativamente a distribuição de renda, especialmente para os estratos mais baixos.

Os anos 1990, prossegue Brandão (2021), foram marcados por instabilidade econômica, inflação alta e desemprego, o que elevou a concentração de renda. No entanto, a década de 2000 foi marcada por uma redução significativa da desigualdade, impulsionada pela retomada da atividade econômica, crescimento do emprego formal, aumento real do salário-mínimo e programas de transferência de renda.

3.2 - ORIGEM DA DESIGUALDADE

De acordo com Trovão e Manzano (2019), um dos primeiros autores a destacar a origem da desigualdade social e de renda foi Jean-Jacques Rousseau, o conhecido pensador genebrino, autor de O Contrato Social, entre outros. Para eles, Rousseau argumenta que os fundamentos da desigualdade estão relacionados à divisão da terra, divisão do trabalho e mérito. A propriedade privada teria surgido quando alguém cercou um terreno e afirmou que era seu, criando uma distinção entre os homens. A posse da propriedade da terra desloca o homem de sua posição de bem-estar, tornando necessária a ajuda de outros e levando à desigualdade na sociedade.

O contrato social, dizem Trovão e Manzano (2019) interpretando o pensamento de Rousseau, legitima a desigualdade patrimonial fundada na propriedade privada, representando a alienação da liberdade individual em prol da vontade coletiva. A propriedade privada continua a perpetuar a desigualdade contemporânea, exigindo alterações nas instituições da sociedade para solucionar essa questão.

Posteriormente, autores como Marx (1982), dizem que a desigualdade econômica é fundamentada na forma como a produção é apropriada na sociedade. Ele argumenta que toda produção é uma forma de apropriação, e a existência de propriedade é essencial para a existência da produção e da sociedade como um todo. Marx também destaca que na sociedade capitalista, há uma separação entre os produtores e o resultado de sua produção. O acesso aos objetos produzidos depende das relações sociais que os indivíduos mantêm com os outros.

Além disso, afirma Marx (1982), a distribuição dos produtos entre os agentes da produção, como renda imobiliária, salário, juro e lucro, depende da forma como eles estão inseridos no processo de produção. Isso resulta em uma separação clara entre trabalhadores, capitalistas e proprietários, o que é uma característica distintiva da sociedade capitalista.

3.2 - ORIGEM DA DESIGUALDADE

Já Webb e Webb (1995) apontam que a desigualdade no capitalismo está ligada à concentração de riqueza monetária e à posse de patrimônio financeiro. Para enfrentar essa desigualdade, são necessários mecanismos externos ao mercado, como regulação da propriedade e reformas tributárias, além de medidas para inibir a transmissão de propriedade por herança.

Marx argumenta, retomam os autores, que no modo de produção capitalista, a distribuição dos frutos da produção é determinada pelas leis sociais e depende da posição dos indivíduos no processo de produção. Os trabalhadores participam do processo distributivo por meio do salário, o que os submete a uma condição desfavorável e os coloca em uma posição subordinada na relação de compra e venda da força de trabalho.

A evolução do capitalismo trouxe diferentes formas de desigualdade, especialmente a desigualdade real que surge da subordinação do trabalho ao capital. A necessidade de vender a força de trabalho para adquirir bens essenciais à sobrevivência acentua essa desigualdade (WEBB; WEBB, 1995).

Para Dedecca (2015), o desenvolvimento do capitalismo permitiu a expansão da produção material e a criação de bens e serviços que melhoraram a condição de vida da sociedade. No entanto, o sistema não conseguiu resolver o problema distributivo de forma automática.

O surgimento de uma sociedade baseada na liberdade de contratação no mercado de trabalho trouxe uma nova ordem jurídica que exigia a participação do Estado na regulação das relações sociais. O progresso das forças produtivas trouxe melhorias sociais, mas também aumentou a desigualdade. Keynes, afirmam Trovão e Manzano (2019), acreditava que o Estado deveria atuar para garantir uma distribuição mais igualitária dos frutos do progresso. O Estado, que também contribui para a legitimação da desigualdade, deveria, então, concentrar esforços para reduzi-la e garantir melhores condições de vida para a sociedade.

3.2 - ORIGEM DA DESIGUALDADE

Antes de se prosseguir pela descrição de algumas razões para a desigualdade econômica em dias atuais, cabe lembrar que a pesquisa acerca de tais razões têm, também, uma história. Assim,

- **Fase I** (1800s-1940): era do progresso técnico: foco na distribuição funcional da renda, salientando a estabilidade e a extensão da desigualdade.
- **Fase II** (1940-1950): era do crescimento: em que a análise era centrada na distribuição funcional, mas as limitações desta abordagem já apontavam para a importância do avanço na distribuição pessoal da renda. Além disso, havia preocupação com os efeitos da desigualdade sobre o crescimento econômico.
- **Fase III** (1953-1960): a era do desenvolvimento: concentra suas atenções nas causas da desigualdade. O nível de análise se dá tanto nos agregados e suas dinâmicas composicionais (Lewis, Kuznets, Solow e CEPAL) quanto no nível microeconômico (Milton Friedman e Jacob Mincer). Ademais, algumas iniciativas, como as de James Meade, Anthony Atkinson e Joseph Stiglitz, retomam as preocupações de Smith e Pareto quanto à distribuição da riqueza.
- **Fase IV** (1970-1990): era da redistribuição: ressalta a restrição teórica presente nas preocupações com aspectos mais técnicos de mensuração e questões analíticas, um processo que ficou conhecido na literatura como “virada empírica” da ciência econômica. Em termos da substância das controvérsias, a economia da desigualdade reabilita sua vocação moral com os debates entre John Rawls, Robert Nozick e Amartya Sen, dentre outros, e avança sobre a metodologia das políticas públicas.
- **Fase V** (2000 -...): a era da desigualdade de renda e de riqueza: amplia o escopo das preocupações da fase anterior, trazendo para o centro da agenda de pesquisa a mensuração e os efeitos econômicos e políticos da crescente concentração de renda e de riqueza no mundo desenvolvido, salientando-se as causas de ordem econômica e institucional (CARVALHO; SOUZA, 2021, s. p.).

3.2 - ORIGEM DA DESIGUALDADE

Há diversas razões para a desigualdade. De acordo com Piketty (2014), cujos estudos se inserem na Fase V, segundo a teoria econômica Keynesiana, a globalização pode aumentar a vulnerabilidade financeira dos países em desenvolvimento, tornando suas economias mais incertas e reduzindo seus investimentos. Isso pode levar a uma fuga de capitais e prejudicar seu desenvolvimento.

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), conforme indicam Trovão e Araújo (2019), analisa as instabilidades geradas pelo modelo de desenvolvimento globalizado, destacando a recessão econômica, a desigualdade e a destruição do meio ambiente como consequências dessa abordagem.

As taxas de crescimento e comércio global, prosseguem Trovão e Araújo (2019), têm diminuído desde os anos 70, e o mercado falha em corrigir as assimetrias competitivas entre os países. As crises de 2008 e 2009 resultaram em lentas recuperações, afetando especialmente os países menos desenvolvidos e deficitários.

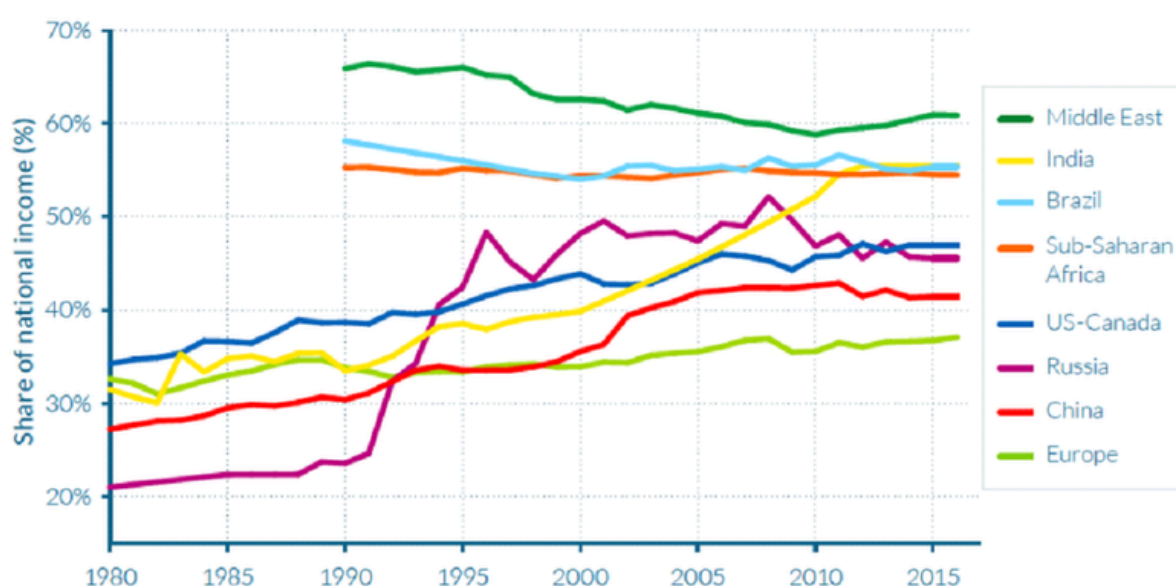
Assim, Thomas Piketty (2018) aponta que tal desigualdade tem aumentado desde os anos de 1980. Segundo o documento da CEPAL, afirmam Trovão e Araújo (2019), essa desigualdade atinge especialmente os países subdesenvolvidos, que são afetados pelos baixos ciclos de liquidez e crescimento global. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, aumentou tanto em economias mais pobres quanto em economias mais avançadas, como as escandinavas.

O *World Inequality Report*, de Thomas Piketty et al. (2018), também confirma essa tendência de aumento da desigualdade, com uma concentração de renda nas mãos dos 10% mais ricos da população mundial. O relatório também destaca que, mesmo em regiões onde a desigualdade não cresceu, ela ainda se mantém em níveis muito altos, como no Oriente Médio, África Subsaariana, Brasil e América Latina.

3.2 - ORIGEM DA DESIGUALDADE

O texto (PIKETTY et al., 2018), aponta que o mundo está caminhando para alcançar níveis muito altos de desigualdade de renda, embora em velocidades diferentes. No caso do Brasil, por exemplo, a concentração de renda apresentou uma leve queda, mas ainda é considerada alta em comparação com o resto do mundo:

FIGURA 1 – RENDA ACUMULADA NOS 10% MAIS RICOS (1980-2016)



Fonte: PIKETTY et al., 2018, p. 43.

Os dados da CEPAL, afirmam Trovão e Araújo (2019), mostram que os mais afetados pelo endividamento foram os mais pobres, devido à diminuição dos salários reais. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), conforme o mesmo autor, também aponta que os países mais afetados pelas crises perderam mais renda do que os países ricos, e as perdas se concentraram nas famílias mais pobres. Isso contribui para acentuar a desigualdade de renda.

A globalização econômica pode aumentar a desigualdade de renda no mundo ao deixar os países em desenvolvimento vulneráveis a instabilidades e crises econômicas, afirma Piketty (2014). As políticas de desenvolvimento precisam considerar esses desafios para promover um crescimento mais equitativo e sustentável.

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

De acordo com Hoffmann (2012, p. 106):

O Brasil mereceu destaque na literatura sobre distribuição de renda pelo intenso crescimento da desigualdade entre 1960 e 1970 e por manter a desigualdade muito elevada desse período em diante. É certo que ocorreram algumas oscilações substanciais nas medidas de desigualdade, geralmente associadas à aceleração da inflação ou a interrupções efêmeras desse processo.

Para o mesmo autor, a desigualdade de renda no Brasil pode ser atribuída a diferentes fatores que podem ser agrupados em cinco categorias distintas.

Branco (2010) afirma que o primeiro grupo refere-se às diferenças entre os indivíduos em relação às suas características natas, como raça, gênero, inteligência e riqueza inicial. Algumas dessas características são observáveis, como a riqueza inicial, e podem influenciar diretamente a desigualdade de renda. Por exemplo, uma pessoa que já possui uma riqueza inicial maior terá mais oportunidades de investimento e acesso a melhores empregos, o que aumenta sua renda ao longo do tempo.

O segundo grupo, afirmam Barros e Mendonça (2010), relaciona-se às características adquiridas pelos indivíduos ao longo da vida, como nível educacional e experiência profissional. Essas características também podem influenciar significativamente a desigualdade de renda, pois indivíduos com maior nível educacional terão mais chances de obter empregos mais bem remunerados e, conseqüentemente, uma renda mais alta.

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

Para Medeiros e Souza (2013, p. 149):

A maior parte da desigualdade brasileira manifesta-se na distribuição de salários, sejam eles públicos ou privados. Ambos são muito mal distribuídos, mas a concentração das remunerações dos funcionários públicos civis e militares é maior do que no setor privado. Porém, como o volume salarial do setor público é muito menor, sua contribuição final para a desigualdade equivale a menos da metade da contribuição dos salários do setor privado. Situação semelhante ocorre na previdência. O volume de recursos movimentado no Regime Geral de Previdência Social, que atende aos trabalhadores do setor privado, é duas vezes maior que o movimentado pelos Regimes Próprios de Previdência do funcionalismo público. Porém, como este último é muito mais concentrado, suas contribuições finais para a desigualdade são semelhantes.

Assim, pode-se afirmar, com estes autores, que este grupo de características têm um grande impacto no fenômeno da desigualdade de renda no Brasil.

Para Branco (2010), o nível educacional desempenha um papel fundamental na determinação da desigualdade de renda. Hoffmann (2006), no entanto, aponta que tem havido uma queda importante na desigualdade de renda nos últimos anos no Brasil. Indivíduos com níveis mais altos de educação têm maior probabilidade de conseguir empregos mais bem remunerados. Isso se deve ao fato de que uma educação de qualidade proporciona habilidades e conhecimentos específicos que são valorizados pelo mercado de trabalho. Profissionais com ensino superior, por exemplo, geralmente têm acesso a empregos de nível mais elevado e salários mais altos, em comparação com aqueles com apenas ensino médio ou inferior.

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

Medeiros e Souza (2013, p. 10) também aponta outros determinantes:

Tais pesquisas constataram que o emprego no setor público tem um papel importante na redução da desigualdade. Além disso, a centralização de negociações e a presença de sindicatos fortes entre os trabalhadores do setor público são determinantes para alcançar níveis mais baixos de desigualdade. As políticas sociais de um Estado de bem-estar corporativista têm maior impacto na redução da desigualdade do que políticas focalizadas, devido ao "paradoxo da redistribuição", onde políticas universais financiadas por contribuições legitimam um maior volume de despesas do que políticas focalizadas. Outros estudos também mostraram que a tributação, especialmente a tributação direta, tende a ser progressiva e que uma maior carga tributária está associada a uma menor desigualdade.

Além disso, a experiência profissional, afirma Branco (2010), também desempenha um papel importante na desigualdade de renda. Indivíduos com mais experiência tendem a obter melhores empregos e receber salários mais altos do que aqueles com menos experiência. A experiência no campo de trabalho permite que os indivíduos desenvolvam habilidades específicas e conhecimento prático, o que os torna mais valiosos para os empregadores. Essa valorização resulta em salários mais altos e maior probabilidade de promoção.

No entanto, quanto a este grupo de características, afirmam Barros e Mendonça (2010), é importante destacar que a desigualdade de renda não é apenas determinada por características adquiridas ao longo da vida. Existem outros fatores, como origem socioeconômica e discriminação, que também desempenham um papel significativo. Indivíduos nascidos em famílias de baixa renda têm menos acesso a oportunidades educacionais e recursos necessários para obter uma educação de qualidade. Isso cria uma desigualdade inicial que pode persistir ao longo da vida.

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

O terceiro grupo de fatores, de acordo com Mendonça e Barros (2010), refere-se aos mecanismos do mercado de trabalho que transformam as características individuais em renda. Esse grupo divide-se em três canais distintos: discriminação, segmentação e projeção.

A discriminação ocorre quando há diferença de remuneração entre dois postos de trabalho idênticos ocupados por trabalhadores com produtividades iguais, com base em características observáveis, como raça e gênero.

A discriminação, conforme Branco (2010), é um fator que contribui para a desigualdade de renda. Mulheres, minorias étnicas e indivíduos pertencentes a grupos marginalizados muitas vezes enfrentam barreiras e preconceitos no mercado de trabalho. Isso resulta em menor acesso a empregos bem remunerados e oportunidades de progresso na carreira, aumentando ainda mais a desigualdade de renda.

No que diz respeito às mulheres, Soares (2013) realizou um levantamento de dados que apontam para uma grande desigualdade de renda entre homens e mulheres no mercado brasileiro, como se pode observar pela tabela a seguir:

TABELA 1 – Desigualdade econômica entre homens e mulheres no Brasil

Grandes Regiões	Taxa de atividade		Proporção de pessoas em cargos de direção		Proporção de pessoas com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais		Proporção de pessoas ocupadas com 15 ou mais anos de estudo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	83,8	59,1	7,3	5,1	14,3	8,0	8,7	12,9
Norte	88,0	60,6	4,8	3,7	9,1	6,0	4,5	8,1
Nordeste	84,1	57,9	4,5	3,8	6,5	4,3	4,3	8,8
Sudeste	81,9	57,8	8,4	5,8	18,2	10,2	11,9	15,6
Sul	85,5	63,8	9,2	5,6	17,2	7,4	9,0	13,2
Centro-Oeste	86,3	59,8	9,3	6,1	17,1	11,2	9,1	15,0

Fonte: SOARES, 2013, p. 34.

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

Percebe-se, pelos dados apresentados, que tal desigualdade acentua-se mais nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Além disso, analisando as informações apresentadas nesta tabela e, também, as de outras que estão em seu estudo, Soares (2013) percebeu que ocorreu uma diminuição na participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente na região Nordeste.

Além disso, a pesquisadora observou uma redução na presença feminina em cargos de liderança, de 5,1% para 4,3%. A região Centro-Oeste apresenta um percentual um pouco maior nesse aspecto devido aos cargos públicos, nos quais as desigualdades de gênero ainda persistem, com oferta e acesso diferenciados. A queda mais acentuada no percentual de pessoas com rendimentos acima de cinco salários-mínimos ocorreu entre os homens, diminuindo assim a lacuna de desigualdade de renda entre homens e mulheres.

De toda forma, de acordo com Giorgion (2013), outro fator, para além do machismo estrutural, ou, que de certa forma o integra, também contribui para esta desigualdade de renda entre homens e mulheres.

Não se pode esquecer que as muitas vezes enfrentam dificuldades em conciliar o trabalho e a maternidade, devido à falta de licença maternidade adequada, falta de creches acessíveis e à cultura que ainda atribui principalmente às mulheres a responsabilidade pelos cuidados infantis. Isso resulta em interrupções na carreira, menor disponibilidade para o trabalho em tempo integral e, conseqüentemente, menor renda.

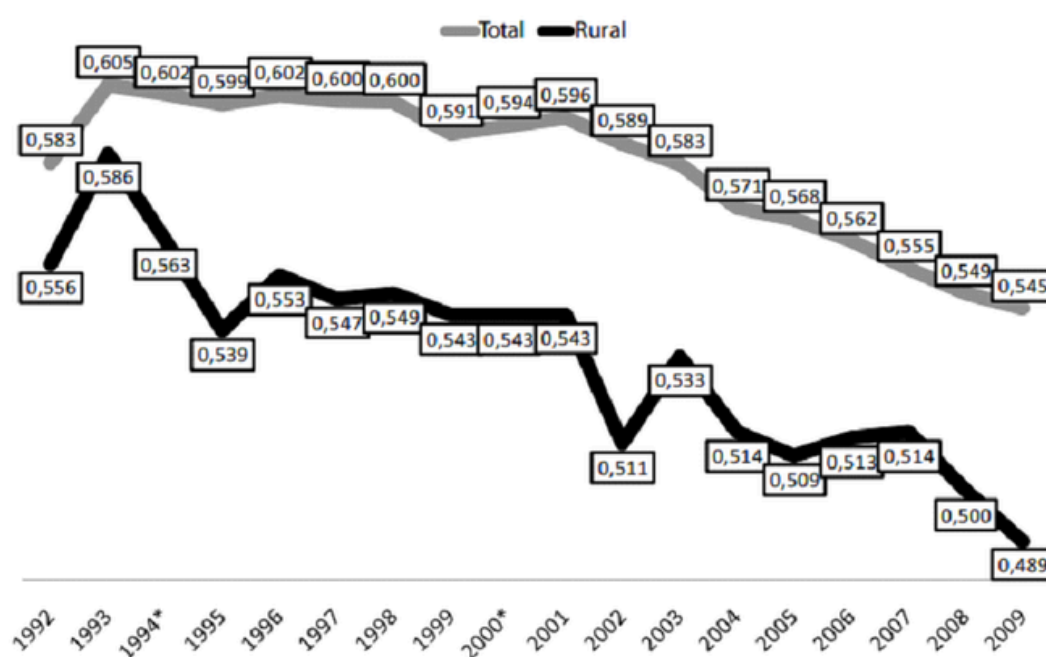
3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

Giorgion (2013) resume, por fim, a questão a outro fator importante: a discriminação de gênero no local de trabalho.

Mesmo com qualificações e experiência semelhantes, as mulheres muitas vezes enfrentam dificuldades em serem promovidas a cargos de liderança ou ganhar salários equivalentes aos dos homens. Essa discriminação pode ser sutil, como a atribuição de tarefas menos prestigiadas, ou mais evidente, como a falta de acesso a oportunidades de treinamento e desenvolvimento profissional.

De acordo com Neri (2013), há também uma grande desigualdade de renda entre os trabalhadores rurais e urbanos, como apresenta em seu livro a respeito:

FIGURA 2 – Desigualdade de renda entre trabalhadores urbanos e rurais



Fonte: NERI, 2013, p. 54

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

Aquilo que, na figura, o autor chama de “Total”, corresponde às funções dos trabalhadores urbanos. Os da área rural, pode-se ver, possuem renda muito menor.

A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais, afirma Neri (2013), contribui para a desigualdade de renda. A falta de acesso à terra impede que muitos trabalhadores rurais tenham condições de se sustentar através da agricultura e os obriga a buscar trabalho nas cidades, muitas vezes em condições precárias, causando o êxodo rural, outro problema social que, em sua medida, agrava desigualdade de renda no Brasil.

Para reduzir a desigualdade de renda entre trabalhadores rurais e urbanos, é necessário, afirma Neri (2013), investir em políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais. Isso inclui o fortalecimento da agricultura familiar, a ampliação do acesso à educação e capacitação profissional, a criação de incentivos para a geração de empregos rurais de qualidade e a distribuição mais justa e equitativa das terras.

O próprio Neri (2013) afirma que, além disso, a promoção da inclusão financeira e o acesso a crédito para pequenos produtores e trabalhadores rurais são fundamentais para impulsionar a renda e melhorar as condições de vida dessa parcela da população. A implementação de políticas de redistribuição de renda e a adoção de medidas para reduzir a informalidade e garantir direitos trabalhistas também são importantes para diminuir a desigualdade de renda.

A segmentação, por sua vez, refere-se à diferença de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores iguais, devido às características do próprio posto de trabalho, como a região geográfica ou o setor da economia. Já a projeção acontece quando há retorno às características observadas do trabalhador, como anos de escolaridade e experiência profissional, no nível de renda (BARROS; MENDONÇA, 2010).

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

O quarto grupo de fatores, afirmam Barros e Mendonça (2010), relaciona-se aos mercados de capital imperfeitos. Se esses mercados apresentarem segmentação no acesso ao crédito ou seguros, por exemplo, isso pode afetar a geração de renda e, conseqüentemente, sua distribuição. Imperfeições nos mercados de capital podem dificultar o acesso de determinados grupos à educação, investimentos e oportunidades de negócios, o que contribui para a desigualdade de renda.

Por exemplo, pequenos empresários e empreendedores de baixa renda podem não ter acesso ao crédito necessário para expandir seus negócios ou iniciar novos empreendimentos. Isso limita suas chances de aumentar sua renda e contribui para a desigualdade econômica (BRANCO, 2010).

Além disso, a falta de acesso ao crédito também pode dificultar o acesso à educação. Muitas vezes, estudantes de baixa renda dependem de empréstimos estudantis para financiar sua educação. No entanto, se esses empréstimos não estiverem disponíveis ou forem de difícil acesso, isso pode limitar suas oportunidades de se qualificar para empregos em que se remuneram de forma melhor.

Isso contribui para a perpetuação da desigualdade de renda, uma vez que aqueles que têm acesso a melhores oportunidades educacionais têm mais chances de conseguir empregos bem remunerados e, conseqüentemente, aumentar sua renda (BARROS; MENDONÇA, 2010).

Deve-se destacar, ainda, quanto a este ponto que aqueles que não têm acesso a instituições financeiras confiáveis podem ter dificuldade em investir seu dinheiro e aumentar sua riqueza. Isso limita suas oportunidades de crescimento financeiro e pode contribuir para a desigualdade de renda. É importante mencionar que essas imperfeições nos mercados de capital podem ocorrer por diversos motivos. Em alguns casos, elas podem ser resultado de políticas governamentais inadequadas que limitam o acesso ao crédito e aos seguros. Em outros casos, elas podem ser devidas à falta de infraestrutura financeira em determinadas regiões, tornando difícil o funcionamento de instituições financeiras confiáveis (BARROS; MENDONÇA, 2010).

3.3 - DETERMINANTES DA DESIGUALDADE

Por fim, o quinto grupo de fatores é de natureza demográfica e inclui decisões relacionadas à formação de domicílio, fertilidade e coabitação ou separação domiciliar. Esses fatores podem influenciar a distribuição de renda, especialmente quando ocorrem combinações entre indivíduos de diferentes níveis socioeconômicos. Por exemplo, se casais tendem a se formar entre pessoas de diferentes níveis de riqueza, a distribuição de renda familiar per capita será afetada, aumentando a desigualdade (MEDEIROS; SOUZA, 2013).

Estes mesmos autores apontam que estes aspectos podem influenciar diretamente em um combate à redução da desigualdade econômica, já que os Programas Sociais desempenham importante um papel de transferidor de renda. Todavia, apontam os mesmos autores, deve-se estar atento ao fato de que o Estado desempenha, ao mesmo tempo, o papel de desequilibrador na igualdade de renda, já que tende a fazer pagamentos vultuosos aos mais ricos:

O fluxo de rendimentos de e para o Estado é importante para as famílias em todos os estratos sociais. Para famílias muito pobres, benefícios sociais podem equivaler a uma parcela substantiva de suas rendas, mas o fato é que os pagamentos do Estado têm mais peso na renda dos 5% mais ricos da população do que entre os 50% mais pobres (MEDEIROS; SOUZA, 2013, 149).

Dito isso, um exemplo de como esses fatores demográficos podem influenciar a distribuição de renda, afirmam Barros e Mendonça (2010), é quando ocorrem combinações entre indivíduos de diferentes níveis socioeconômicos. Se casais tendem a se formar entre pessoas de diferentes níveis de riqueza, isso pode resultar em uma maior desigualdade de renda familiar per capita.

Por exemplo, se uma pessoa de baixa renda se casa com uma pessoa de alta renda, a renda familiar per capita será afetada. Isso ocorre porque a renda do casal será maior do que se ambos os cônjuges tivessem uma renda semelhante. Como resultado, a desigualdade de renda será aumentada, uma vez que a renda familiar será concentrada em um único domicílio (BRANCO, 2010).

3.4 - INFLUÊNCIA DA FORMALIDADE

A desigualdade de renda do trabalho é um fenômeno constante tanto em economias desenvolvidas quanto em desenvolvimento. No Brasil, características como níveis de escolaridade, raça/cor, idade e sexo da população ativa no mercado de trabalho afetam as disparidades salariais. No entanto, a elevação da escolaridade, como já se observou, tem sido um fator importante na redução dessas desigualdades, independentemente de raça/cor, idade ou sexo. Estudos indicam que a escolaridade é fundamental na existência de diferenças salariais (DUARTE, 2017).

Além disso, há diferenciais de renda entre setores formais e informais da economia, com destaque para a formalização como fator de desigualdade. As regiões metropolitanas do Sul e Sudeste apresentam assimetrias de rendimento devido ao maior grau educacional dos trabalhadores (DUARTE, 2017).

Maciel e Oliveira (2018) mostram que a redução da desigualdade na educação formal pode contribuir para a redução das disparidades de renda entre as regiões. A idade também é um fator relevante, com trabalhadores mais velhos estabelecendo maiores diferenças de renda com base em raça/cor e sexo, enquanto os trabalhadores mais jovens têm diferenças de renda reduzidas devido à escolaridade. As disparidades regionais são agravadas pela existência de agrupamentos com níveis de renda assimétricos.

As diferenças de renda também são observadas entre os setores público e privado, de acordo com Silva et al. (2020), com rendimentos melhores no setor público para os trabalhadores de baixa renda, seguidos pelos trabalhadores do setor privado com maior escolaridade.

Dito isto, pode-se aprofundar melhor a questão do impacto da formalidade na desigualdade de renda no Brasil. Como far-se-á menção ao mercado informal, é certo que se destaque algumas de suas características.

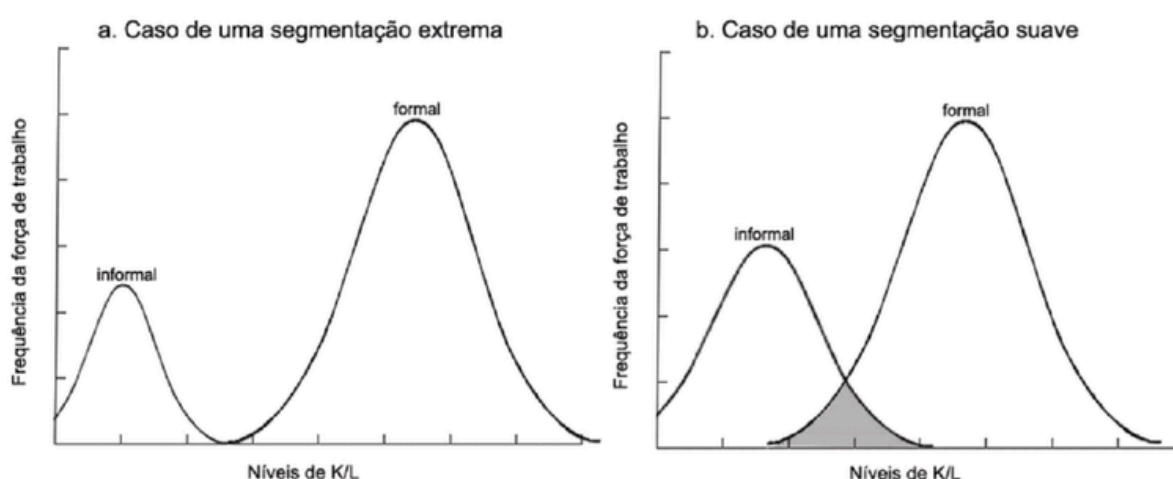
3.4.1 - MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

De acordo com Dalberto (2014), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) criou o termo "setor informal" em 1972 para se referir aos trabalhadores mais pobres que estão em situações de trabalho não reconhecidas, protegidas ou reguladas pelas autoridades públicas.

Mais tarde, prossegue Dalberto (2014), o Programa Regional del Empleo para América Latina y Caribe (PREALC), um órgão associado à OIT, adaptou a definição do setor informal à realidade latino-americana, definindo-o como um conjunto de unidades produtivas caracterizadas pelo acesso muito limitado ao capital, resultando em uma relação capital-trabalho muito baixa, na qual a maioria dos trabalhadores encontra emprego.

Pode-se dizer, então, que nos países da América Latina, o fenômeno da informalidade acaba por segmentar o mercado de trabalho de forma a apresentar uma diferença entre as razões de capital/trabalho (representadas pelas letras K/L), como demonstra a figura a seguir:

FIGURA 3 – Segmentação de acordo com o nível da relação K/L



Fonte: DALBERTO, 2014, p. 19.

3.4.1 - MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

Outra definição de trabalho informal é dada, também, por Dalberto (2014), que destaca que os trabalhadores informais não são reconhecidos ou protegidos pelas leis e regulamentações. Além disso, eles são mais vulneráveis, não têm acesso à proteção social e jurídica, têm dificuldade em fazer cumprir contratos, não conseguem se organizar para ter representatividade e têm limitações para desfrutar de infraestrutura e benefícios públicos.

Dalberto (2014) pretende que outros autores e organizações definem o trabalho informal com base em características semelhantes, mas a ideia central é a de que esses trabalhadores estão em situações desvantajosas em comparação com os do mercado formal.

Segundo o mesmo autor, o mercado formal é aquele em que os salários são relativamente altos e há seguridade social, férias, pensões e estabilidade no emprego, de acordo com a legislação. Aqueles que não conseguem emprego nesse setor tendem a recorrer à informalidade, que geralmente é caracterizada por pequenas empresas ou autoemprego, com atividades intensivas em trabalho e sem benefícios sociais.

3.4.2 - MERCADO FORMAL E A RENDA

Para Silva et al. (2020), no contexto do mercado formal de trabalho, a desigualdade de renda pode ser observada de diferentes maneiras. Uma delas está relacionada à própria estrutura do mercado, que muitas vezes é desigual em si. Alguns setores econômicos oferecem salários mais altos do que outros, e certas profissões são mais valorizadas do que outras. Isso leva a uma concentração de recursos e renda nas mãos de um grupo privilegiado, enquanto outros são remunerados de forma precária.

Além disso, as formas como as oportunidades de emprego são distribuídas também podem influenciar a desigualdade de renda, afirmam Silva et al. (2020). A busca por emprego é muitas vezes baseada em critérios como nível de escolaridade, experiência prévia e habilidades específicas.

No entanto, nem todos têm acesso igual a esses recursos. Aqueles que tiveram uma educação de qualidade, puderam fazer cursos profissionalizantes e têm uma rede de contatos mais ampla, têm maiores chances de conseguir empregos bem remunerados. Enquanto isso, aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades são relegados a empregos informais ou mal remunerados.

Outro aspecto importante é a falta de proteção social para os trabalhadores informais. Em muitos países, a informalidade é uma realidade para uma grande parcela da população. Esses trabalhadores não têm acesso a benefícios como seguro-desemprego, previdência social e assistência médica. Isso os coloca em uma situação de maior vulnerabilidade e contribui para a desigualdade de renda (SILVA et al., 2020).

De acordo com Duarte et al. (2018), o número de trabalhadores informais, no Brasil, tem crescido ao longo do tempo, e a cada ano há menos trabalhadores contribuindo para a previdência e com carteira de trabalho assinada. Se for verdade que os salários no setor informal são menores do que no setor formal, haverá cada vez mais trabalhadores recebendo remuneração mais baixa, o que implicaria no aumento da desigualdade.

3.4.2 - MERCADO FORMAL E A RENDA

Além disso, prosseguem os mesmos autores, os trabalhadores do setor formal possuem as já mencionadas vantagens trabalhistas que não estão disponíveis aos trabalhadores do setor informal, o que resulta em uma ampliação da diferença salarial entre os dois grupos.

O financiamento desse déficit, afirmam Duarte et al. (2018), através de empréstimos junto ao sistema financeiro tem um impacto negativo na elevação da taxa de juros, o que desestimula os investimentos e inibe a geração de empregos. A informalidade causa danos à sociedade como um todo, sendo que uma parcela significativa do desemprego atual é resultado da falta de investimentos, demonstrando que a informalidade está intimamente ligada ao desemprego.

O aumento da informalidade, ou seja, dos trabalhos sem proteções legais, é em parte causado pelo abuso de empregadores que se aproveitam do grande número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho do Brasil, principalmente aquelas com pouca qualificação, contratando trabalhadores sem observar as leis (DUARTE et al., 2018).

Além disso, estes autores identificaram, com base em revisão de literatura, que a faixa etária que mais contribui para o aumento da informalidade no Brasil é a dos idosos. A entrada dos idosos no setor informal ocorre como resultado da necessidade absoluta causada pelas baixas aposentadorias, que não são suficientes para cobrir as despesas, devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho formal. Além disso, alguns idosos afirmam que o trabalho informal é uma forma de evitar a ociosidade e o adoecimento.

3.4.2 - MERCADO FORMAL E A RENDA

Isto porque, afirmam Duarte et al, (2018), apesar das dificuldades e desconfortos enfrentados (como jornadas exaustivas e exigência de força física), esse trabalho informal desempenha um papel socializador importante para essas pessoas, que o enxergam como uma oportunidade de serem úteis, de continuarem interagindo e de manterem as amizades fora do ambiente doméstico.

Esses fatores contribuem para o crescimento da informalidade nessa faixa etária.

De volta ao comparativo entre os mercados de trabalho formal e informal quanto ao impacto na desigualdade de renda, cabe dizer que a falta de oportunidades de trabalho também pode levar a desigualdades regionais. Em algumas áreas, o mercado formal é mais desenvolvido, oferecendo melhores empregos e salários. No entanto, em regiões mais pobres ou menos desenvolvidas, as opções de trabalho, afirmam Silva et al. (2020), são limitadas e os salários são mais baixos.

A influência do mercado formal de trabalho na desigualdade de renda pode ser mitigada por meio de políticas públicas. É necessário investir em educação de qualidade, capacitação profissional e criação de empregos. Além disso, é fundamental estabelecer leis trabalhistas que garantam direitos e benefícios a todos os trabalhadores, independentemente do seu status de formalidade.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a pesquisa com a string descrita no quadro 1, foram retornadas diversas pesquisas. Destas, logo que aplicados os critérios de inclusão e exclusão, nas duas plataformas de busca, chegou-se ao número 11 pesquisas, quais sejam:

QUADRO 3 – Trabalhos selecionados

2013	CAPELLAZZO, A.	Os determinantes da desigualdade de salários no setor formal no Brasil	Dissertação
2015	FEIJÓ, J.	Comportamento heterogêneo da educação na desigualdade setorial da renda: uma análise para o Brasil, Nordeste e Sudeste nos anos de 2004 e 2013	Dissertação
2015	MACIEL, F.	Dinâmica da (in)formalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: diferenciais de rendimentos e padrões de mobilidade	Tese

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

2015	MARCELO, M <i>Et al.</i>	A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares	Artigo Científico
2018	SANTOS, A.	A estrutura da vantagem e a desvantagem da estrutura: uma análise dos diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2016	Dissertação
2019	SIGNOR, D.	Desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos 40 anos de dados do PNAD e de seus micro e macro determinantes	Tese

2019	COLOMBO, N. FERREIRA, C. R.	Estrutura e Desigualdade de Renda na Região Nordeste (2004-2015)	Artigo Científico
2020	OLIVEIRA, B.	Inovação, habilidades e desigualdade de renda: uma investigação do mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros.	Dissertação
2020	COSTA, C.	A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015	Dissertação

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

2021	HOFFMANN, R.; VAZ, D.	Mensurando a Desigualdade no Brasil: Evidências a partir da renda e dos gastos das famílias.	Artigo Científico
2022	VILAR, D. MOREIRA, A.	O Papel do Programa Bolsa Família na desigualdade de renda na Região Nordeste do Brasil.	Artigo Científico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de Capellazzo (2013) analisa a evolução da desigualdade salarial no mercado formal de trabalho no Brasil entre 1994 e 2009. Utilizando a variância do log do salário real por hora contratual como medida de desigualdade, os pesquisadores constataram uma redução de 25,81% na desigualdade durante esse período. Através da decomposição da variância em seus componentes permanente e transitório, eles concluíram que essa redução se deve principalmente à diminuição do componente transitório, responsável por 70,27% da redução, enquanto o componente permanente contribuiu apenas com 29,73%.

Essa redução na desigualdade, afirma Capellazzo (2013), foi atribuída ao aumento da estabilidade econômica no período estudado. No entanto, ao analisar subperíodos separadamente, os pesquisadores observaram que a redução da desigualdade entre 1994 e 1998 foi causada exclusivamente pela redução do componente transitório, relacionada à diminuição da instabilidade econômica. Já a redução da desigualdade entre 1999 e 2009 foi principalmente devido à diminuição do componente permanente, resultado de um cenário econômico mais estável e do aumento da proporção de indivíduos com pelo menos o Ensino Fundamental completo.

Além disso, a pesquisadora também analisou a contribuição do aumento da escolaridade na redução da desigualdade dentro de diferentes grupos de idade e nível educacional. Os resultados mostraram que fatores relacionados à idade e educação respondem, em média, por 54% da desigualdade permanente. Comparando esses resultados com estudos de outros países, os pesquisadores destacaram as diferenças encontradas para o Brasil, onde houve uma redução da desigualdade salarial, ao contrário dos outros países estudados onde houve aumento da desigualdade.

Para finalizar, Capellazzo (2013) concluiu que a proporção de contribuição de cada componente para a redução da desigualdade também foi diferente, com o componente transitório predominando no primeiro subperíodo e o componente permanente predominando no segundo subperíodo no Brasil.

² Os componentes permanentes são geralmente considerados as mudanças estruturais ou duradouras na economia. Eles representam os fatores de crescimento de longo prazo, como o aumento da produtividade, mudanças demográficas, avanços tecnológicos e investimentos em infraestrutura. Esses componentes têm impactos duradouros na capacidade de produção de uma economia e na taxa de crescimento potencial. Por outro lado, os componentes transitórios referem-se a flutuações de curto prazo na atividade econômica. Eles são influenciados por fatores temporários, como choques externos, mudanças na demanda agregada, política fiscal ou monetária, desastres naturais, crises financeiras, entre outros. Esses componentes podem levar a variações no produto interno bruto (PIB), na taxa de desemprego, na inflação e em outros indicadores econômicos de curto prazo (CAPELLAZZO, 2013).

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à pesquisa de Feijó (2015), esta se ocupou do comportamento heterogêneo da educação na desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2004 e 2013.

As conclusões da pesquisa de Feijó (2015) mostram que a educação teve um papel heterogêneo na explicação da desigualdade de renda no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste nos anos 2004 e 2013. A contribuição da educação para a desigualdade global diminuiu ao longo do período analisado devido à redução da desigualdade educacional entre os trabalhadores. Isso resultou em menores retornos da educação e, conseqüentemente, em menor participação da desigualdade educacional na desigualdade de rendimentos.

No Nordeste, prossegue o autor, a segmentação do mercado de trabalho ocorreu de forma mais intensa no setor agrícola, enquanto na outra região, a Sudeste, a disparidade educacional foi predominante. Em 2013, apenas 2,90% da desigualdade no setor agrícola do Nordeste era atribuída à educação, enquanto na Indústria e nos Serviços esses valores foram de 10,14% e 18,87%, respectivamente. No Sudeste, a educação foi o principal fator explicativo da desigualdade em 2013, com diferentes níveis de contribuição em cada setor (FEIJÓ, 2015).

Os resultados, afirma Feijó (2015), destacam a importância dos condicionantes estruturais, como níveis educacionais e diferenças regionais, na determinação da desigualdade de renda no setor agrícola. Esses fatores são estáveis ao longo do tempo e dificultam a redução significativa da concentração de rendimentos nesse setor.

Já a tese de Maciel (2015) teve como objetivo analisar os efeitos das mudanças de nível educacional na composição relativa e na segmentação entre trabalho formal e informal sobre os diferenciais de rendimento.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O autor observou que o aumento da escolaridade reduz a desigualdade entre os trabalhadores formais e informais, mas essa mudança tem maior impacto nos trabalhadores de renda mais alta. Mudanças em fatores institucionais, como poder de barganha dos sindicatos e salário-mínimo, podem aumentar a segmentação no mercado de trabalho e aumentar a desigualdade entre trabalho formal e informal, principalmente entre os trabalhadores de renda mais baixa. No entanto, se a valorização do salário-mínimo afetar os rendimentos dos trabalhadores informais, isso poderia reduzir a desigualdade.

O mercado de trabalho brasileiro, afirma Maciel (2015), passou por mudanças significativas na década de 2000, com uma expansão do emprego formal. Houve também mudanças na composição da população ocupada devido ao aumento da escolaridade, participação feminina, participação de negros e mudanças na estrutura etária. A análise da desigualdade foi feita através de métodos de decomposição que permitiram captar as mudanças nos diferenciais de rendimentos entre 2000 e 2010. Observou-se uma redução da desigualdade entre trabalho formal e trabalho sem carteira entre as mulheres devido à diminuição da heterogeneidade entre elas.

Já a desigualdade entre trabalho formal e trabalho por conta própria reduziu devido à atenuação do efeito de segmentação no mercado de trabalho. Os resultados mostraram um aumento do diferencial de rendimentos entre trabalhadores formais e informais na base da distribuição, mas uma redução progressiva ao longo da distribuição. No entanto, as diferenças por gênero e tipo de inserção informal foram relevantes (MACIEL, 2015).

Houve um aumento da segmentação na base da distribuição entre as mulheres, enquanto entre os homens a redução da desigualdade se deu principalmente devido à diminuição da desigualdade intra-grupo. O aumento da desigualdade nos estratos de renda mais baixos pode ser explicado pela evolução do salário-mínimo, que valorizou o emprego formal, mas não teve o mesmo efeito nos trabalhadores informais. Isso resultou em um aprofundamento da precariedade das relações informais de trabalho na base da distribuição (MACIEL, 2015).

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na verdade, do ponto de vista da discussão acerca das regiões, aponta Maciel (2015) que o emprego assalariado sem carteira feminino teve um aumento relativo nas regiões Norte e Nordeste, enquanto na Região Sul houve uma queda.

O Nordeste foi a única região em que não houve queda na proporção de empregados sem carteira entre os homens. O trabalho por conta própria teve um decréscimo significativo em todas as regiões, tanto para homens como para mulheres (MACIEL, 2015).

A participação do trabalho por conta própria feminino, afirma Maciel (2015), teve uma queda maior no Sul e Sudeste, enquanto a participação do trabalho masculino por conta própria teve uma queda maior no Nordeste e Sudeste. A queda na participação do trabalho por conta própria feminino compensou o aumento do emprego sem carteira nas regiões Norte e Nordeste, resultando em um pequeno aumento do grau de formalização das relações de trabalho nessas regiões.

No entanto, todas as regiões apresentaram um aumento maior no grau de formalização do trabalho masculino em comparação ao feminino. Em 2010, o Nordeste e o Norte ainda tinham pouco mais da metade da força de trabalho feminina formalizada, o que aumentou a discrepância com relação às demais regiões. No ano 2000, a informalidade era maior entre os homens do que entre as mulheres.

Dito isto, a questão da desigualdade de renda, conforme estudo de Maciel (2015), no que diz respeito ao trabalho formal no Nordeste, é menor se comparado a qualquer outra das regiões, ainda que, aponta o autor, isto tenha diminuído nos últimos anos.

O artigo de Medeiros et al. (2015) afirma que a desigualdade de renda no Brasil é muito alta e estável entre 2006 e 2012. Quase metade de toda a renda no país está concentrada nos 5% mais ricos e um quarto no 1% mais rico. O milésimo mais rico acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população. Isso mostra que o Brasil é caracterizado por uma grande massa de população de baixa renda e uma pequena elite muito rica.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa desigualdade, dizem Medeiros et al. (2015), não sofre alterações significativas ao longo do tempo, com a concentração no topo sendo bastante estável, especialmente nos 1% mais ricos. Enquanto a renda tem crescido ao longo dos anos, apenas cerca de um décimo desse crescimento foi para as mãos da população mais pobre do país. Metade do crescimento ficou com os 5% mais ricos e 28% com o 1% mais rico. Isso ocorre devido à extrema concentração de renda no país, que se perpetua ao longo do tempo. Embora haja uma desconcentração do crescimento, ela é lenta.

Esses resultados, reforçam os mesmos autores, contradizem as análises baseadas apenas na PNAD, indicando que a desigualdade medida pelas PNAD estava caindo, em parte, por reduções da renda no topo da distribuição. No entanto, é importante ressaltar que a metodologia de interpolação dos dados da DIRPF pode subestimar os níveis de desigualdade no país. A combinação de bases de dados também possui riscos inerentes e requer cautela na interpretação dos resultados. No entanto, fica claro que é extremamente importante entender o que faz com que os ricos se apropriem de uma parcela tão grande da renda, pois isso tem potenciais consequências para políticas públicas e para a formação de fundos públicos de financiamento. Portanto, é necessário que pesquisas futuras abordem esse tema prioritariamente.

O trabalho de Santos (2018) analisou as mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2016, com o objetivo de compreender as mudanças na estrutura de rendimentos. Utilizando dados da Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS), foram utilizados modelos hierárquicos para entender o papel da estrutura ocupacional nas mudanças nos níveis de retorno às características individuais e ocupacionais. A hipótese principal da autora é a de que houve mudanças importantes na estrutura ocupacional nesse período, devido ao crescimento econômico e à incorporação de tecnologias computacionais no ambiente de trabalho.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de Santos (2018) baseou-se em quatro tipologias ocupacionais que caracterizam as famílias ocupacionais de acordo com a natureza, estrato tecnológico, predominância de gênero e envelhecimento. Os resultados mostraram uma série de modificações heterogêneas nos setores de atividade, com um deslocamento do setor industrial para o de serviços e uma maior incorporação de tecnologia nos processos de trabalho. A análise também considerou o aumento do nível educacional dos trabalhadores, a participação feminina no mercado de trabalho e o envelhecimento da força de trabalho. Essas mudanças influenciaram a distribuição dos indivíduos nas ocupações e seus rendimentos.

Para Santos (2018), a natureza da ocupação e sua relação com os rendimentos no mercado de trabalho brasileiro devem ser considerados. Os resultados mostram que há uma polarização dos rendimentos, com uma redução nos salários das ocupações medianas em comparação com os extremos. Isso ocorre principalmente nos setores da indústria tradicional, construção civil e agricultura. Além disso, verifica-se uma redução no prêmio salarial para os níveis mais altos de educação, indicando uma diminuição no retorno à educação.

Por outro lado, diz a autora (2018), os resultados mostram um aumento do valor da experiência no mercado de trabalho, refutando a ideia de obsolescência das habilidades. O texto destaca a importância de estudar os fatores de demanda e oferta de capital humano e habilidades para compreender a desigualdade de rendimentos. Ressalta-se que, do ponto de vista da hipótese aqui levantada, a pesquisa desta autora não trata do Nordeste especificamente, mas do Brasil como um todo. Ao fim, conclui que há, de fato, uma redução na desigualdade de renda entre os brasileiros a partir dos anos de 2010.

O trabalho de Signor (2019) teve como objetivo contribuir para a discussão sobre a desigualdade de renda no Brasil. Utilizando modelos estatísticos, foram analisados os indicadores de desigualdade de renda no país desde a década de 1970 e estimados os efeitos de variáveis socioeconômicas sobre esses indicadores.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Signor (2019) percebeu que a desigualdade de renda no Brasil é elevada, com os níveis de desigualdade relativamente estáveis nos períodos de 1976-1986 e 1987-1996, e declinantes a partir de 1996. O indicador P90/P10, que mede a relação entre a renda do decil superior e do decil inferior da população, passou de 16 vezes em média no primeiro período, para 18,5 vezes no segundo período, e chegou a 10,5 vezes em 2015.

Os grupos que concentram a maior parcela da renda no Brasil são a região Sudeste, a zona urbana, o gênero masculino e as pessoas de cor branca. Isso está relacionado não apenas com a maior concentração de pessoas nesses grupos, mas também com a renda média mais elevada que eles apresentam. No entanto, há uma tendência recente de queda na desigualdade a favor dos grupos historicamente menos favorecidos, como as regiões mais pobres do país, a zona rural, a população feminina e pessoas de cor negra (SIGNOR, 2019).

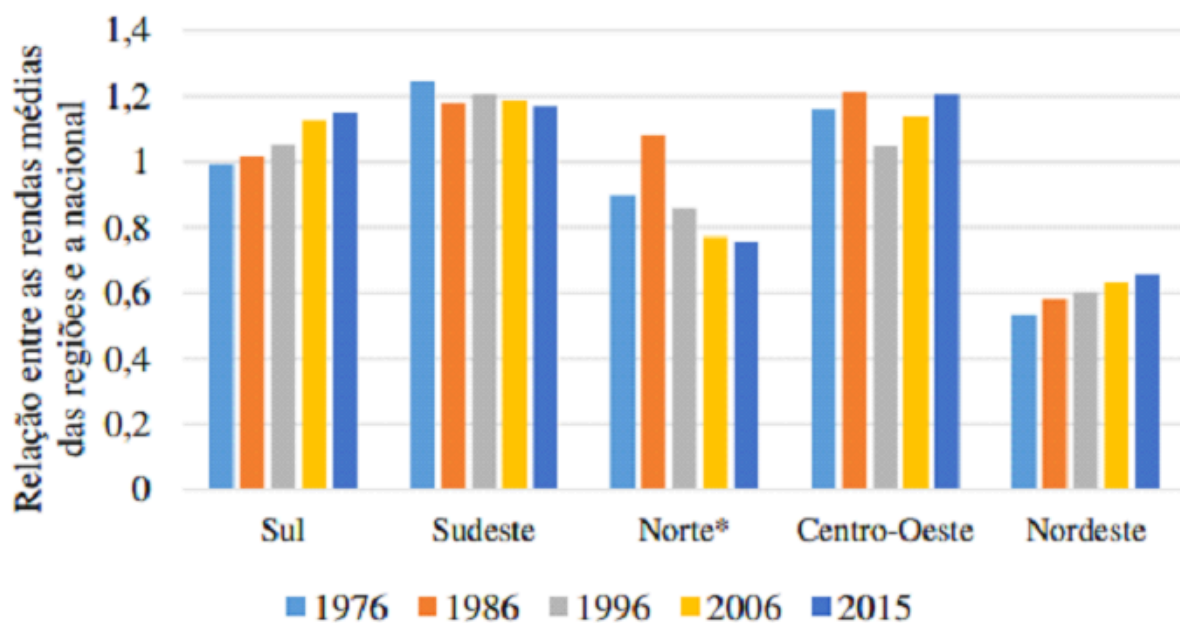
Mesmo no período de queda nos indicadores de desigualdade (1996-2015), diz o autor, mais da metade da desigualdade de renda entre os estados brasileiros é explicada pela desigualdade do ano anterior. Para reduzir a desigualdade, são necessárias medidas como a busca por maior equalização salarial entre pessoas de diferentes grupos raciais, a redução das disparidades educacionais, a promoção de empregos formais e políticas de transferência de renda aos mais pobres.

Além disso, o governo pode intervir na economia para reduzir a desigualdade de renda por meio de políticas fiscais e monetárias. A análise dos efeitos redistributivos mostra que elevar os tributos sobre a renda do capital parece ser a melhor opção para reduzir a desigualdade com os menores danos à economia. A política monetária também pode afetar a distribuição de renda, embora não seja comumente utilizada para fins redistributivos (SIGNOR, 2019).

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Signor (2019, p. 42) apresenta uma figura no qual demonstra a disparidade de renda entre as regiões no Brasil em um período determinado:

FIGURA 4 – Relação entre a renda média geográfica do Brasil e a renda média nacional



Fonte: SIGNOR, 2019, p. 42.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise, afirma Signor (2019), mostra que o Centro-Oeste e o Nordeste são as regiões com maior desigualdade de renda pessoal, enquanto o Sul e o Sudeste são as mais igualitárias. Ao longo do tempo, viu-se, as regiões Nordeste e Sul são as que, do ponto de vista histórico, têm aumentado a sua participação relativa na renda média nacional.

Também é destacado que a distribuição de renda entre zonas rural e urbana sofreu mudanças devido às transformações populacionais e migratórias ocorridas no Brasil. A zona urbana concentrou cada vez mais a renda pessoal, enquanto a zona rural teve sua parcela reduzida.

Quanto ao estudo de Colombo e Ferreira (2019), o texto apresenta um estudo sobre a desigualdade de renda no Brasil, com foco na região Nordeste, no período de 2004 a 2015. O Índice de Gini, utilizado para medir a desigualdade, mostra que houve uma trajetória decrescente tanto no Brasil quanto no Nordeste ao longo desse período. No entanto, a queda da desigualdade no Nordeste foi menor do que no restante do país.

Apesar da redução da desigualdade, dizem os autores, o Brasil ainda possui uma concentração de renda elevada, com um índice de Gini em torno de 0,50, distante dos índices observados em países desenvolvidos, que ficam em torno de 0,30.

A análise das parcelas do rendimento domiciliar per capita, afirmam Colombo e Ferreira (2015), mostra que as principais são relacionadas ao rendimento do trabalho e aposentadorias e pensões. No Nordeste, as parcelas relacionadas ao rendimento do trabalho se mantiveram constantes ao longo do período, enquanto a parcela referente a aposentadorias e pensões teve um crescimento acima do Brasil. Isso indica a importância dessa fonte de renda na região, onde muitas vezes a obtenção de renda fixa mensal é incerta, devido à falta de empregos ou baixa qualificação da mão de obra.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A parcela que inclui o programa Bolsa Família teve um crescimento significativo no período, refletindo a expansão desse programa social, especialmente no Nordeste. Isso demonstra a correlação entre a renda da região e a participação nesse tipo de transferência de renda (COLOMBO; FERREIRA, 2015).

Diante das mudanças na economia brasileira, afirmam os autores, com a recessão econômica a partir do segundo mandato do governo Dilma Rousseff, é necessário estudar e acompanhar de perto as principais parcelas do rendimento domiciliar per capita. Esse cenário desfavorável pode impactar a distribuição de renda no país e afetar especialmente as regiões mais vulneráveis, como o Nordeste.

Já Oliveira (2020) destaca que sua pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre inovação e desigualdade salarial no mercado formal brasileiro no período de 2003 a 2014. Utilizando dados municipais agregados em 482 regiões urbanas, foram realizadas estimativas por efeitos fixos dos modelos de efeitos não observados.

A pesquisa contribui para a literatura, afirma Oliveira (2020), identificando uma correlação entre inovação tecnológica e desigualdade salarial nas regiões brasileiras. Além disso, a relação entre inovação e desigualdade apresentou heterogeneidade para diferentes recortes territoriais. Os resultados também indicam que a aquisição de tecnologia por meio do comércio é mais relevante para países em desenvolvimento. De acordo com o mesmo autor, esta correlação é muito mais evidente em regiões como a Nordeste e Centro-Oeste.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa constatou que a desigualdade salarial está associada às diferenças de qualificação da força de trabalho, com a escolaridade apresentando um comportamento não linear. Além disso, diz Oliveira (2020), o aumento da proporção da força de trabalho em ocupações com maiores habilidades sociais está relacionado ao aumento da desigualdade, enquanto as habilidades cognitivas e motoras não têm uma relação significativa.

Para concluir, pode-se dizer que Oliveira (2020) preocupou-se com as implicações práticas de seu estudo, de forma a sugerir que os resultados apontam para a necessidade de políticas de aprimoramento da educação e desenvolvimento de habilidades da mão de obra menos qualificada, além do estímulo à criação de inovações como forma de atenuar os efeitos distributivos da mudança tecnológica.

De acordo com Costa (2020), sua pesquisa é um estudo que teve como objetivo analisar a contribuição de diferentes fontes de renda na redução da desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2001 a 2015.

Os resultados mostraram, afirma o autor, que houve um aumento da renda média e uma redução da desigualdade da renda durante esse período, algo inédito na história econômica do país. Isso foi possível devido ao crescimento econômico e a medidas governamentais que aumentaram o nível de emprego formal e reduziram a desigualdade educacional.

Costa (2020) afirma que as disparidades regionais no Brasil, com a renda média do Nordeste sendo menos da metade da renda da Região Sul. A população remunerada do Sul, nos anos 70, detinha 50% da renda total, enquanto no Nordeste correspondia a apenas 15%. Isso resultou em metade da população não sendo beneficiada pelo crescimento econômico e outros 30% tendo acesso marginal a esses ganhos.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das possíveis causas dessa concentração de renda é a compressão salarial, com os salários reais em 1970 sendo 30% menores do que em 1961. Além disso, havia um excedente de mão de obra que nivelava os salários nos setores industriais modernos e atrasados, e a situação sindical era frágil. Esse cenário favoreceu as indústrias mais produtivas, que acumularam capital devido à sua posição oligopolista e aos ganhos de produtividade não acompanhados de reduções nos preços.

A remuneração dos empregados, afirma Costa (2020), do setor privado, já próximo aos anos de 2015, foi a principal responsável pela redução da desigualdade, enquanto a renda dos militares e funcionários públicos contribuiu para o aumento da desigualdade. Além disso, aposentadorias, pensões e transferências governamentais também tiveram impacto positivo na redução da desigualdade. No entanto, prossegue o autor, apesar desses avanços, o Brasil ainda possui uma das piores distribuições de renda do mundo, sendo necessário continuar estudando e implementando medidas para promover um país mais justo e igualitário.

Há, também, a pesquisa de Hoffmann e Vaz (2021) em que os autores buscam mensurar a desigualdade a partir das evidências de renda e os gastos das famílias. De acordo com os autores, o Brasil possui uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo, porém, entre 2001 e 2014, houve uma queda persistente na desigualdade de rendimento do trabalho e da renda domiciliar per capita, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

No entanto, afirmam os autores, quando combinados com os dados da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), que captam melhor as rendas mais elevadas, os dados da PNAD mostram que a desigualdade permaneceu relativamente estável entre 2006 e 2012.

Apesar disso, esse período pode ser considerado positivo, já que contrasta com o aumento acentuado da desigualdade observado em décadas anteriores. No entanto, a crise econômica a partir de 2014 reverteu essa tendência, e a desigualdade voltou a aumentar (HOFFMANN; VAZ, 2021).

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos baseados na PNAD mostram que os programas federais de transferência de renda contribuíram para a queda na desigualdade nos anos pré-crise, mas o principal fator foi a desconcentração da renda do trabalho. Segundo os autores, o IBGE divulgou uma nova edição da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que oferece uma coleta mais detalhada das fontes de renda dos domicílios brasileiros em comparação com a PNAD. Essa pesquisa permite estudar com mais detalhes a composição da desigualdade de acordo com as fontes de renda.

O objetivo do artigo destes autores é utilizar os dados da nova edição da POF para analisar como as diversas fontes de rendimento contribuem para determinar a desigualdade na distribuição da renda familiar per capita no Brasil (HOFFMANN; VAZ, 2021).

Para os autores, a desigualdade de renda no Brasil teve uma queda entre as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) de 2002 e 2008. Essa redução foi impulsionada pela diminuição das disparidades entre as regiões do país. No entanto, entre as POFs de 2008 e 2017, a desigualdade voltou a aumentar, contribuindo para uma redução no ritmo de queda geral da desigualdade. Isso se deve ao fato de que o período entre as duas pesquisas englobou fases distintas do ciclo econômico, com crescimento da renda até 2014 e uma crise econômica a partir desse ano. A análise da distribuição da renda mostra que as aposentadorias e pensões de funcionários públicos ainda são muito concentradas em 2017, enquanto as aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que já eram progressivas, tiveram uma queda de quase 10% em sua concentração em relação a 2008. Além disso, a melhora na distribuição da renda dos empregados foi um fator importante para a redução da desigualdade entre 2008 e 2017, respondendo por cerca de 40% da renda familiar per capita.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transferências promovidas pelo Estado por meio de programas focalizados nos mais pobres representaram apenas 1,05% da renda familiar per capita média em 2017. Mesmo entre os 10% mais pobres, essas transferências eram uma fonte de renda secundária, sendo suplantadas pelo rendimento do trabalho e por outras formas de rendimento não monetário (HOFFMAN; VAZ, 2021).

No contexto da pandemia de Covid-19 e do aprofundamento da crise econômica, dizem os autores, é esperado que a participação dessas transferências aumente, seja pela ampliação de sua cobertura, seja pela diminuição de outras fontes de renda.

O estudo de Vilar e Moreira (2022) tem por objetivo geral verificar se a implementação do Programa Bolsa Família (PBF) teve participação na diminuição da desigualdade de renda estimada na região Nordeste do Brasil. A pesquisa concluiu que houve uma diminuição da desigualdade de renda no Nordeste, em média de 20% durante o período observado, o que foi 16% maior do que nas demais regiões do país. Isso resultou na saída de mais de 9,3 milhões de pessoas da situação de pobreza e extrema pobreza na região.

Além disso, dizem Vilar e Moreira (2022), o aumento da renda média de todos os trabalhos (RMTT) também contribuiu para a diminuição da desigualdade, uma vez que um aumento na renda média de uma localidade tem um efeito direto na renda das parcelas mais pobres da população, que dependem apenas da remuneração de seus trabalhos.

Os autores ressaltam que o aumento na renda média de todos os trabalhos tem um impacto muito maior na parcela da população com rendimentos per capita inferiores do que na renda da população mais rica, que não depende do salário mínimo.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Bolsa Família é mencionado pelos autores como um fator importante na diminuição da desigualdade de renda no Nordeste. O programa é destinado a famílias com renda per capita abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza, bem como aquelas com dificuldades de acesso a serviços sociais básicos. A região Nordeste recebe mais benefícios proporcionalmente, o que contribuiu para o maior número de pessoas superando a situação de pobreza e extrema pobreza na região (VILAR; MOREIRA, 2023).

Para concluir, dizem os autores, o programa, juntamente com outros esforços de articulação e mobilização das políticas sociais, possibilitou melhorias expressivas nas condições de vida das parcelas mais pobres da população brasileira e em suas perspectivas de futuro.

Pode-se, ao fim desta pesquisa, estabelecer um quadro comparativo entre os trabalhos, destacando alguns dos seus pontos mais importantes em relação aos propósitos deste texto:

QUADRO 4 – Algumas conclusões

Ano: 2013 | **Autor:** CAPELLAZZO, A | **Tipo:** Dissertação | **Período:** 1994 - 2009

Objetivo: Estudar a evolução da desigualdade de salários no mercado formal de trabalho no Brasil utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no período entre 1994 e 2009.

Metodologia: Decomposição de variância.

Resultado: Verificou-se que, no Brasil, cerca de 84% da desigualdade é explicada pelo componente permanente, ou seja, por características individuais invariantes no tempo. A educação responde por uma parcela expressiva deste componente (54% em média). Ao longo do período em questão houve uma redução da desigualdade de salários, sendo esta explicada pela redução do componente transitório entre 1994 e 1998 e pela diminuição do componente permanente entre 1999 e 2009.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ano: 2015 | **Autor:** FEIJÓ, J. | **Tipo:** Dissertação | **Período:** 2004 - 2013

Objetivo: Analisar, para o Brasil, Nordeste e Sudeste, os determinantes da desigualdade salarial das pessoas ocupadas em três setores da economia: Agrícola, Indústria e Serviços.

Metodologia: Decomposição por Fator-Fonte e Decomposição Subgrupos.

Resultado: Os resultados mostraram que a contribuição da educação para a desigualdade não ocorre de maneira uniforme entre os setores e entre as regiões. Na atividade agrícola nordestina e brasileira, o mercado de trabalho tende a gerar desigualdades com mais intensidade do que reproduzir, já que a variável formalidade foi a que mais explicou a desigualdade dentro deste setor, enquanto que nos Serviços e na Indústria, a educação se mostrou mais importante do que as variáveis ligadas à segmentação e discriminação do mercado de trabalho. No Sudeste, a educação desempenhou um papel mais homogêneo, sendo o fator que mais contribuiu para a desigualdade nas três atividades econômicas.

Ano: 2015 | **Autor:** MACIEL, F. | **Tipo:** Tese | **Período:** Década de 2000.

Objetivo: Analisar os efeitos das mudanças na composição relativa e na segmentação entre ocupação formal e informal sobre os diferenciais de rendimentos, bem como de discutir as mudanças nos padrões de mobilidade ocupacional, dada a expansão da formalização do emprego na década 2000.

Metodologia: Métodos distintos de decomposição.

Resultado: Conclui-se que ocorreu uma melhora relativa nos atributos dos trabalhadores informais, em especial no nível de escolaridade, do que em razão de mudanças nos padrões de mobilidade ocupacional, e que a formalização representa uma saída à precariedade especialmente para os trabalhadores nos estratos de renda mais baixos. A diversidade quanto às mudanças observadas na dinâmica formal-informal do mercado de trabalho na última década, ressaltam os desafios inerentes à eliminação da precariedade do trabalho no Brasil.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ano: 2015 | **Autor:** MARCELO, M Et al. | **Tipo:** Artigo Científico | **Período:** 2006-2012

Objetivo: Calcular o nível de desigualdade, seu comportamento ao longo dos anos e a parcela do crescimento da renda apropriada por diferentes grupos sociais.

Metodologia: Combinou-se dados tributários provenientes da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para construir uma distribuição completa da renda total entre adultos. Partindo de dados tributários tabulados, aplicou-se interpolações de Pareto para chegar à distribuição dentro dos estratos. Testou-se os resultados comparando-os à PNAD, à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e aos dados do Questionário da Amostra do Censo (Censo).

Resultado: Encontrou-se evidência de que a desigualdade de renda no Brasil é mais alta do que se imaginava e permaneceu estável entre 2006 e 2012. Houve crescimento da renda, mas os ricos se apropriaram da maior parte desse crescimento.

Ano: 2018 | **Autor:** SANTOS, A. | **Tipo:** Dissertação | **Período:** 2006-2016

Objetivo: Investigar de que modo as mudanças na estrutura ocupacional impactaram nos diferenciais salariais dos indivíduos.

Metodologia: Optou-se por fazer uso de modelos hierárquicos, capazes de modelar, de forma conjunta, os dados de primeiro nível (individuais) e de segundo nível (ocupacionais) a fim de investigar como as características individuais e ocupacionais afetam a estrutura de rendimentos dos indivíduos.

Resultado: Quanto à educação, observou-se diminuição no prêmio salarial aos ensinos médio e superior, em consonância com o movimento de ampliação da oferta de indivíduos mais educadas. Por outro lado, quanto à natureza da ocupação e estrato tecnológico, verificou-se ampliação do prêmio salarial para as ocupações de caráter mais complexo e intensivas em tecnologia, implicando haver uma demanda latente por trabalhadores capazes de ocupar postos com maior requerimento de habilidades complexas que a ampliação no nível educacional dos indivíduos não foi capaz de suprir.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ano: 2019 | **Autor:** SIGNOR, D. | **Tipo:** Tese | **Período:** 1976 - 2015

Objetivo: Analisar a evolução dos indicadores de desigualdade e distribuição de renda no Brasil no período de 1976-2015.

Metodologia: Análise de dados do PNAD.

Resultado: Quanto aos determinantes da desigualdade de renda no Brasil, considerando-se a análise para suas unidades da federação e o período 1976-2015, estima-se que a busca por maior equalização salarial entre pessoas de diferentes grupos raciais, a redução das disparidades educacionais entre as pessoas, a promoção de empregos formais e as políticas de transferência de renda aos mais pobres estão entre as variáveis discutidas pela literatura como capazes de reduzir os índices de desigualdade.

Ano: 2019 | **Autor:** COLOMBO, N. FERREIRA, C. R. | **Tipo:** Artigo Científico | **Período:** 2004 - 2015

Objetivo: Analisar o comportamento da distribuição do rendimento domiciliar per capita na região Nordeste e compará-lo com o Brasil, a fim de observar disparidades

Metodologia: Decomposição do índice de Gini.

Resultado: Percebeu-se que, ao comparar a região Nordeste com o Brasil, a maioria das partes do rendimento médio por pessoa nos lares apresentou uma maior concentração. Isso destaca a existência de uma tendência concentradora de renda na região.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ano: 2020 | **Autor:** OLIVEIRA, B | **Tipo:** Dissertação | **Período:** 2003 - 2014

Objetivo: Verificar a existência da relação entre a inovação regional e a desigualdade salarial no mercado formal brasileiro entre 2003 a 2014.

Metodologia: Verificação de indicadores de invocação.

Resultado: A sensibilidade dos resultados aos indicadores de inovação adotados aponta a maior relevância da difusão de inovações e a aquisição de tecnologia externa para os países em desenvolvimento. Verifica-se também que a diferença de qualificação da força de trabalho está associada à desigualdade no mercado formal das REGICs (Região de Influência das Cidades) e apresenta um comportamento não linear na forma de U invertido.

Ano: 2020 | **Autor:** COSTA, C. | **Tipo:** Dissertação | **Período:** 2001 - 2015

Objetivo: Mensurar a desigualdade na distribuição de renda das 11 fontes de rendimento da Renda Domiciliar per capita (RDPC) entre os anos de 2001 e 2015 através do uso dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Metodologia: Decomposição do índice de Gini.

Resultado: Chegou-se à conclusão de que os principais determinantes para a desigualdade de renda são: i) a valorização do salário-mínimo; ii) o aumento da formalidade do mercado de trabalho; iii) o aumento da escolaridade média da população, a redução da dispersão educacional e a consequente redução das taxas de retorno remuneratório para os anos de estudo; iv) aumento no acesso às aposentadorias e pensões no valor de até um salário-mínimo e; v) aumento da cobertura dos programas de transferência de renda por parte do governo.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ano: 2021 | **Autor:** HOFFMANN, R.; VAZ, D | **Tipo:** Artigo Científico | **Período:** 2017 - 2018

Objetivo: Analisar a distribuição da renda e da despesa familiar per capita (RFPC e DFPC) no Brasil à luz da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, comparando com duas edições anteriores.

Metodologia: Decomposição do Índice de Gini.

Resultado: Os resultados mostram que entre as POFs 2008-2009 e 2017-2018 houve aumento no nível médio da RFPC e da DFPC e redução da desigualdade em suas distribuições, acompanhando as tendências observadas entre 2002-2003 e 2008-2009. Entretanto, entre 2002-2003 e 2008-2009 a queda na desigualdade foi impulsionada pela redução das disparidades entre as regiões do País, ao passo que entre 2008 e 2017 a desigualdade interregional aumentou, tornando-se um fator importante para compreender por que a desigualdade geral sofreu redução em seu ritmo de queda.

Ano: 2022 | **Autor:** VILAR, D. MOREIRA, A. | **Tipo:** Artigo Científico | **Período:** 2004 - 2021

Objetivo: Mostrar se as políticas sociais de combate à pobreza, de uma forma mais específica voltada para o Programa Bolsa Família (PBF), considerado um dos principais programas brasileiros de combate à pobreza no país, se o PBF teve participação na diminuição do nível de desigualdade de renda estimado na região através da utilização de índices de desigualdade de renda no período em que esteve em funcionamento, de 2004 a 2021.

Metodologia: Pesquisa bibliográfica.

Resultado: Observou-se que a transferência direta de renda proporcionada pelas políticas sociais tem sim uma participação no processo de diminuição da desigualdade na distribuição de renda na região Nordeste em estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Feitas estas considerações cabe observar que, em comum, todas as pesquisas revelam que a desigualdade de renda no Brasil é alta e persistente ao longo do tempo. A Educação é apontada como um fator importante para essa desigualdade, ao menos por boa parte dos estudos, representando uma parcela significativa do componente permanente. Porém, a contribuição da educação para a desigualdade varia entre setores e regiões.

Daí a importância, por exemplo, do estudo de Hoffman e Ney (2009), que destacam que, no meio rural a Educação não é, necessariamente, um determinante para a desigualdade de renda. No Nordeste, por exemplo, o mercado de trabalho agrícola tende a gerar desigualdades, enquanto nos setores de Serviços e Indústria, a Educação é mais relevante. Já no Sudeste, de acordo com os trabalhos acima expostos, a Educação desempenha um papel mais homogêneo e contribui mais para a desigualdade em todas as atividades econômicas.

Além disso, os estudos apontam que a formalização do mercado de trabalho é uma saída para reduzir a precariedade e a desigualdade, especialmente para os trabalhadores de baixa renda. A diversidade nas mudanças da dinâmica formal-informal do mercado de trabalho ressalta os desafios de eliminar a precariedade no trabalho no Brasil. Outro ponto comum nas pesquisas é a constatação de que os ricos se apropriam da maior parte do crescimento da renda. Isso demonstra a necessidade de buscar maior igualdade salarial entre diferentes grupos raciais, reduzir as disparidades educacionais, promover empregos formais e implementar políticas de transferência de renda aos mais pobres.

Por fim, os estudos apontam que os principais determinantes para a redução da desigualdade de renda são: valorização do salário-mínimo, aumento da formalidade do mercado de trabalho, aumento da escolaridade média da população, redução das disparidades educacionais, aumento do acesso a aposentadorias e pensões e maior cobertura dos programas de transferência de renda pelo governo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgata-se a hipótese deste trabalho: a de que houve diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras, bem como entre diferentes classes de gênero, raça e nível educacional nas duas últimas décadas.

Primeiramente, nos últimos anos, conforme os estudos apresentados, tem se discutido a questão da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas diferentes regiões brasileiras, assim como entre as diferentes classes de gênero, raça e nível educacional. A hipótese de que houve uma diminuição dessa desigualdade nesse período tem sido objeto de análise e debates.

Ao analisar os dados disponíveis nos estudos apontados, percebe-se que de fato houve uma redução na desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras. Diversos fatores podem ter contribuído para essa diminuição, como políticas governamentais de inclusão social, crescimento econômico e implementação de programas de transferência de renda.

Um dos aspectos que merece destaque é a diminuição da diferença salarial entre diferentes classes de gênero. Nas últimas décadas, houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal, o que contribuiu para a diminuição da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Ainda que existam diferenças persistentes, o gap salarial tem se reduzido significativamente.

Além disso, a hipótese de redução da desigualdade de renda entre diferentes raças também encontra respaldo nos dados. A implementação de políticas de ação afirmativa, como cotas raciais nas universidades e programas de inclusão no mercado de trabalho, tem contribuído para a diminuição das disparidades salariais entre brancos e negros.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além disso, a hipótese de redução da desigualdade de renda entre diferentes raças também encontra respaldo nos dados. A implementação de políticas de ação afirmativa, como cotas raciais nas universidades e programas de inclusão no mercado de trabalho, tem contribuído para a diminuição das disparidades salariais entre brancos e negros.

Outro aspecto importante a ser considerado é a relação entre desigualdade de renda e nível educacional. Ao longo das últimas décadas, houve um aumento significativo no acesso à educação formal no Brasil, o que tem impactado diretamente a renda dos indivíduos. Aqueles com maior nível de escolaridade tendem a ter melhores oportunidades de emprego e salários mais altos, o que contribui para a redução da desigualdade de renda.

No entanto, apesar dos avanços, é importante ressaltar que a desigualdade de renda ainda persiste nas diferentes regiões brasileiras. A distribuição de renda ainda é muito concentrada, com uma parcela significativa da população recebendo salários baixos e enfrentando condições precárias de trabalho.

Além disso, é necessário destacar que a diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal não é o único aspecto a ser considerado. A informalidade e a falta de acesso a direitos trabalhistas ainda são problemas presentes no cenário brasileiro e podem amplificar as desigualdades existentes, sobretudo na região Nordeste, como destaque em todos os 06 dos 07 estudos analisados.

Portanto, embora a hipótese de que houve diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras, bem como entre diferentes classes de gênero, raça e nível educacional nas duas últimas décadas encontre respaldo nos dados disponíveis, é importante ressaltar que ainda há muito a ser feito no sentido de promover uma maior igualdade e justiça social no país.

REFERÊNCIAS

ARSKY, D. Percepções sobre as condicionalidades do programa Bolsa Família: o Direito, o Controle a Obrigação. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

BAEK, S. et al. The most downloaded and most cited articles in radiology journals: a comparative bibliometric analysis. *European Radiology*, v. 28, n. 11, p. 4832–4838, 2018.

BRANCO, K. Pobreza e desigualdade na distribuição de renda no Brasil (1990 a 2006). Trabalho de conclusão de curso. Araraquara: UNESP, 2010.

BARROS, R. P. MENDONÇA, E. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2010.

BORGHI, R. A. Z. The brazilian productive structure and policy responses in the face of the international economic crisis: An assessment based on input-output analysis. *Structural Change and Economic Dynamics*, Elsevier, v. 43, p. 62–75, 2017.

BRANDÃO, M. H. Desigualdade de renda corrente no Brasil: uma análise a partir da decomposição do índice de Gini com dados da PNAD (2012-2019). Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2021.

CAPELLAZZO, A. Os determinantes da desigualdade de salários no setor formal no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

CARVALHO, A. SOUZA, L. A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. *J. Poli. Econ.* Número 41. Abril-Junho, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/WryMCyMCHPCKT3WdS39dySv/#> Acesso em 31 ago. 2023.

REFERÊNCIAS

COLOMBO, N. FERREIRA, C. R. Estrutura e Desigualdade de Renda na Região Nordeste (2004-2015). *Revista de Economia Regional*. Volume 08. Número 2. 2019. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/16721/12829> Acesso em 27 de nov. 2023.

CORAK, M. Income inequality, equality of opportunity and intergenerational mobility. *Journal of Economic Perspectives* 27: 79–102. 2013. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.27.3.79> Acesso em 22 ago. 2023.

COSTA, C. A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015. Dissertação de Mestrado. Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

DALBERTO, C. Formalidade Vs. Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma Investigação dos Diferenciais de Rendimento. Dissertação de Mestrado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2014.

DEDECCA, C. S. Desigualdade, mas de qual falamos? *Brazilian Journal of Political Economy*, SciELO Brasil, v. 32, n. 1, p. 55–71, 2012.

DEDECCA, C. S. A Redução da Desigualdade e seus Desafios. *Textos para Discussão*. IPEA, 2015.

DORLING, D. The Equality Effect. Jun. 2017 Disponível em: <https://inequality.org/research/equality-effect/>. Acesso em: 4 nov. 2022.

DUARTE, L. B. Diferencial de rendimento entre os setores formal e informal: uma análise das regiões metropolitanas do sudeste e sul. *Revista Debate Econômico*, Alfenas, v. 5, n. 2, p. 4–26, 2017.

REFERÊNCIAS

DUARTE, L. B. Et al. Informalidade e diferenciação de rendimento entre os setores formal e informal para a região metropolitana de Belém. Revista de Estudos Sociais. Volume 20. Número 40. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/5387/pdf> Acesso em 22 ago. 2023.

FEIJÓ, J. R. Comportamento heterogêneo da educação na desigualdade setorial da renda: uma análise para o Brasil, Nordeste e Sudeste nos anos de 2004 e 2013. Dissertação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.

GIORGION, M. O conceito de Trabalho Decente da OIT e a percepção das mulheres brasileiras. In: SOARES, C. (org.) Novas Perspectivas de Gênero no Século XXI. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2013.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. Econômica, v. 8(1), p. 55-81. jun. 2006.

HOFFMANN, R. Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005. Delimitação dos Relativamente Ricos, 2012. BARROS, R. Et al. (org.) Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: 2015.

REFERÊNCIAS

MACIEL, F. Dinâmica da (in)formalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: diferenciais de rendimentos e padrões de mobilidade. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. d. Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição quantílica de diferenciais de rendimento. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.1-37, 2018.

MARX, K. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. S. Paulo: Abril Cultural, col. "Os economistas", 1982.

MEDEIROS, M. SOUZA, P. H. Estado e Desigualdade de Renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 28. Número 23. 2013.

MEDEIROS, M. Et al. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência e Saúde Coletiva*. 20 (04), 971-986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KgSz4CP7xyVT3LJDvz8f3qf/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em 27 de nov. 2023.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

NERI, M. Superação da pobreza e a nova classe média do campo. Brasília: FGV, 2013.

OLIVEIRA, B. Inovação, habilidades e desigualdade de renda: uma investigação do mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2020.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque; CRUZ, Bruno de Oliveira. Impactos regionais de choques de produtividade e redução de desigualdades: O caso de Região Nordeste. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, v. 1, n. 2694, 2021. DOI <https://doi.org/10.38116/td2694>. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/249212>. Acesso em: 16 set. 2022.

PIKETTY, T. O Capital no Século XXI. São Paulo: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. Et al. World Inequality Report. Construído em 2018. Disponível em: <https://wir2018.wid.world/> Acesso em 22 ago. 2023.

RIBEIRO, Rosana; NEDER, Henrique. Desigualdade dos rendimentos do trabalho: estudo comparativo para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Análise Econômica, Porto Alegre, v. 24, ed. 45, p. 265-285, Março 2006.

SANTOS, A. A estrutura da vantagem e a desvantagem da estrutura: uma análise dos diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2016. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

SANTOS, Patrick Leite; SAIANI, Carlos César Santejo. DESIGUALDADES SETORIAIS DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E CONJUNTURA ECONÔMICA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O NORDESTE E O CENTRO-SUL BRASILEIROS, DE 2002 A 2018. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 51, n. 4, p. 137-158, Dezembro 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1141>. Acesso em: 6 out. 2022.

REFERÊNCIAS

- SIGNOR, D.** Desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos 40 anos de dados do PNAD e de seus micro e macro determinantes. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2019.
- SCANLON, T.** Why does inequality matter? Oxford: Oxford University Press, 2018.
- SEN, A.** Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.
- SOARES, C.** O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos. In: SOARES, C. Novas Perspectivas de Gênero no Século XXI. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2013.
- TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de.** Desigualdades brasileiras nos anos 2000: uma abordagem multidimensional. Geosul, v. 34, n. 70, p. 56–86, 2019.
- TROVÃO; C. J. B. M.; MANZANO, S. P.** Fundamentos da Desigualdade. UFRN. Texto para discussão. 2019. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2019/08/tddepec0032019TrovaoManzano.pdf> Acesso em 31 ago. 2023.
- VILAR, D. MOREIRA, A.** O Papel do Programa Bolsa Família na desigualdade de renda na Região Nordeste do Brasil. Informe Econômico. Ano 24. Janeiro, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/2737> Acesso em 27 de nov. 2023.
- WEBB, S.; WEBB, B.** Inequality of income and inequality of personal freedom. In: DESAI, M. L. S. E. On equality, a centenary anthology. London: Transaction Publishers, 1995.
- WERNEROVÁ, B.** Economic inequality according Atkinson. SHS Web of Conferences 61, 01034, 2019.

